

O MEDITERRÂNEO E A HISTÓRIA ANTIGA*

W. V. Harris

Tradução de Camila Aline Zanon

1. Introdução

Historiadores, e provavelmente também antropólogos, estão destinados a escrever muito mais sobre o Mediterrâneo e o mediterraneanismo – a doutrina de que há características distintivas que as culturas do Mediterrâneo têm, ou tiveram, em comum. E qualquer que seja a importância que o Mediterrâneo possa ter para a história antiga ou recente, aqueles de nós que estudam a história dos gregos e dos romanos têm uma necessidade particular, por razões óbvias, de entender o assunto direito.

Com a habilidade de um homem experiente, meu amigo Michael Herzfeld, um dos responsáveis por abrir o debate sobre o mediterraneanismo, sugere (em sua contribuição ao livro *Rethinking the Mediterranean*) que isso já é um *vieux jeu*, uma desestimulante sopa requentada (se não uma ressaca) das décadas de 1980 e 1990.¹ Em outras palavras, concentrar-se no Mediterrâneo pode não ser apenas uma ilusão romântica ou um exemplo de imperialismo cultural eurocêntrico – pensamentos com os quais estamos cada vez mais acostumados –, pior ainda, pode ser uma receita entediante. O outro lado da moeda é apresentado por Susan Alcock em seu levantamento revelador acerca dos periódicos ‘mediterrâneos’: há cada vez mais assinantes. Milhares, sem dúvida, recebem o serviço de informação eletrônica H-Mediterranean. Há algo de ilusório envolvido, entretanto, pois

* Este artigo é uma tradução do capítulo introdutório do livro *Rethinking the Mediterranean* (Oxford, 2005), editado também por W. V. Harris, que é Shepherd Professor of History na Universidade de Columbia

¹ De acordo com os antropólogos V. A. Goddard, J. R. Llobera e C. Shore, ‘Introduction: The Anthropology of Europe’, em Goddard, Llobera e Shore (eds.), *The Anthropology of Europe* (Oxford and Providence, RI: 1994), 1-40: 4, ‘o Mediterrâneo’ foi inventado em 1959 e já teve sua utilidade esgotada na década de 1980 (p. 20-3). Mas havia mais desejo do que objetividade quando J. De Pina-Cabral escreveu, em um importante artigo de 1989, que havia ‘uma crescente consciência de que algo estava errado com a noção de Mediterrâneo como uma área cultural’ (‘The Mediterranean as a Category of Regional Comparison: A Critical View’, *Current Anthropology* 30 (1989), 399-406: 399). Na realidade, o Mediterrâneo é um conceito com uma história moderna longa e um tanto obscura; veja, por exemplo, G. Sergi, *La decadenza delle nazioni latine* (Torino, 1900). Para uma abordagem equilibrada de ‘áreas culturais’ em geral, veja R. Lederman, ‘Globalization and the Future of Culture Areas’, *Annual Review of Anthropology* 27 (1998), 427-49. Este texto visa estabelecer um programa positivo, e criticar certas tradições intelectuais correntes. A crítica ao *Corrupting Sea* é incidental. De qualquer modo, pode não ser muito oportuna, já que Horden e Purcell prometem um segundo volume no qual incluirão o clima, moléstias, demografia e relações com o mundo exterior (p. 4). O debate deve continuar, entretanto.

apesar de ter havido uma onda de novos e importantes trabalhos sobre o Mediterrâneo antigo nos últimos anos – e muitas reflexões acerca do que o termo ‘Mediterrâneo’ denota –, ela mal chegou a ser uma marola, e muito do que tem sido publicado em periódicos ‘mediterrâneos’ é, na verdade, uma história ou arqueologia local ultrapassada ou um antiquarianismo de pouca significância geral.² E ‘mediterrâneo’ tem sido usado com frequência como sinônimo para ‘grego e romano, e outras culturas antigas às quais eu porventura venha a dedicar alguma atenção’. Mas no que concerne à preocupação dos historiadores da antiguidade, ainda há importantes questões mediterrâneas a serem respondidas – algumas delas bastante cruciais para a compreensão do mundo antigo.

Há reconhecidamente algo um pouco ultrapassado sobre quase tudo o que se escreveu sobre o Mediterrâneo recentemente. O pesquisador moderno olha para aquele mundo com distanciamento científico, todo autoconfiante, porque ele/ela está, geralmente, valendo-se da notável objetividade das ciências naturais. *Rethinking the Mediterranean* rompe com essa tradição em certa medida, e sujeita o observador a ser observado de vez em quando.

O que eu planejo discutir neste artigo são duas questões bastante difíceis que podem ser esquematizadas de modo um tanto simples. Como deve ser escrita a história do Mediterrâneo antigo – se é que ela deve ser escrita? E seria o mediterrânisimo de muita utilidade para o historiador da antiguidade, ou, diferentemente disso, ele é algo perigoso (e, na verdade, um primo do orientalismo)?

2. *Em Direção a uma História do Mediterrâneo 3500 a.C. – 1000 d.C.*

Estamos, em certo sentido, apenas no começo. Até 2000 d.C. ninguém nunca publicou um livro sobre a história antiga do Mediterrâneo distinta da história *no* Mediterrâneo (para emprestar uma distinção de Peregrine Horden e Nicholas Purcell que, como veremos, não é isenta de problemas).³ Em outras palavras, ninguém jamais escreveu um livro no qual o mar e sua costa tenham sido o objeto central da investigação,

² É possível que o novo periódico *Ancient West and East* (2002) aponte para a direção oposta, já que ele procura inserir a periferia – mas isso implicitamente mantém o Mediterrâneo no centro.

³ Não tenho sido capaz de traçar essa distinção para além do comentário de J. Beckett em *Current Anthropology* 20 (1979), 85. Logo depois de *The Corrupting Sea*, apareceu o livro de A. T. Grove e O. Rackham, *The Nature of Mediterranean Europe: An Ecological History* (New Haven and London, 2001).

distintamente das atividades humanas que lá tiveram lugar em tempos antigos. O que *podia* ter se tornado tal livro foi publicado em 1998, *Les Mémoires de La Méditerranée* de Braudel,⁴ um livro sobre a antiguidade escrito uns 30 anos antes de sua publicação. Braudel morreu em 1985, e um questionável tipo de piedade em relação ao morto decidiu publicar o que o próprio autor, aparentemente, não considerava pronto para ser publicado. Braudel tinha escrito que sua pesquisa cobria (no tempo em que estava escrevendo) apenas o período de 1450-1600, e embora ele indique que o Mar Mediterrâneo é o assunto do livro,⁵ esse corpo de água recebe atenção um tanto casual no que é essencialmente um resumo convencional, embora certamente inteligente, de história antiga desde o Paleolítico até Constantino. Se alguém achasse que o autor considerava esse livro um trabalho original de pesquisa acadêmica, esse alguém ficaria seriamente desapontado. De qualquer modo, foi o primeiro livro de Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, que forneceu o desafio a Horden e Purcell.

A resposta, ambiciosa tanto em escala quanto em tom, foi *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*.⁶ Seu objeto é a ‘história humana do Mar Mediterrâneo e sua costa’ durante quase 3 milênios, até 1000 d.C.⁷ Portanto, o período é vasto, embora, como veremos, o assunto seja mais circunscrito; particularmente, é importante notar que a maioria das questões centrais de história econômica *não* são tratadas. Justo. Mas um perigoso elemento de indefinição no programa dos autores é resumido na palavra ‘costa’, e certamente *The Corrupting Sea* não se preocupa somente com o que pode ser facilmente chamado ‘costa’. As regiões internas e as montanhas do interior com frequência ocupam, compreensivelmente, o primeiro plano. Assim, imediatamente identificamos que há um problema de delimitação, um problema acentuado pelo fato de que a história humana do Mediterrâneo nesses 3 mil anos estava intimamente ligada aos centros de poder distantes da costa, na Mesopotâmia, por exemplo, ou Nilo acima.

4 *Les Mémoires de La Méditerranée: Préhistoire et antiquité* (Paris, 1998), traduzido [para o inglês] por S. Reynolds como *The Mediterranean in the Ancient World* (London, 2001). O livro foi aparentemente escrito (bastante rapidamente) em 1968-9, portanto, antes da obra que muitos historiadores consideram a maior de Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme (Civilization and Capitalism)*.

5 Tudo isso: *Les Mémoires* 17. Não que alguém deva duvidar da profundidade do conhecimento de Braudel sobre história antiga (na Sorbonne, dentre seus professores estava Maurice Holleaux: Braudel, *MMW*, i. 22 n. 1).

6 Citado como CS no restante do texto. (N.T.)

7 CS 9.

Horden e Purcell declaram sua intenção de estabelecer a ‘unidade e a distinção’ do mundo mediterrâneo antigo e medieval. Em um plano cultural, essa é uma questão difícil de fato, à qual retornaremos (Seções 3 e 6), que no final oferece um consenso delimitado mas de um tipo que possivelmente não é bem-vindo. No plano ecológico, as coisas parecem mais simples. O Mediterrâneo é, obviamente, um construto, mas é um construto com alguma base natural. A região é o lar histórico da *vitis vinifera* e da *olea europaea*, e a exploração da vinha e das oliveiras parece fornecer tanto unidade quanto distinção. Há uma zona climática unificada e, além disso, uma navegabilidade relativamente fácil: a famosa obsidiana de Melos já estava sendo transportada para o continente no Paleolítico (décimo primeiro milênio a.C.?), assim se acredita;⁸ embarcações de casco profundo navegavam do Egito até a costa levantina na metade do terceiro milênio,⁹ e no segundo milênio tais embarcações começaram a cruzar o mar aberto, onde o marinheiro já não conseguia ver a terra – assim aumentando espasmodicamente as trocas de mercadoria a média distância e, por fim, a longa distância (e é claro, as trocas de influências culturais). A distribuição bastante irregular dos recursos, especialmente metais, encorajou bastante um sistema de troca a longa distância. Bem mais tarde, na era das conquistas árabes, quando, numa olhada superficial, o Mediterrâneo se tornou mais uma fronteira do que uma unidade e novas capitais marítimas se tornaram importantes, pelo menos a base natural permaneceu quase a mesma.

Sobre quão consistente é essa construção ecológica, vamos ponderar na Seção 3. E se é possível ou não dizer que o mundo mediterrâneo realmente possuía uma barreira natural ao leste durante a antiguidade é uma questão estranha. Dada a quantidade de interação com a Mesopotâmia, com a Arábia e com o Oceano Índico ao passar dos milênios, a resposta pode pender bem mais para o ‘não’ do que para o ‘sim’. Apesar disso, Horden e Purcell dizem que havia ‘fatores mediterrâneos intrínsecos na história da produção primária’;¹⁰ devemos querer identificá-los e avaliá-los.

8 C. Broodbank, *An Island Archaeology of the Early Cyclades* (Cambridge, 2000), 110-11. Sobre o transporte marítimo de obsidiana no Mediterrâneo italiano no Neolítico, veja G. Camps e A. d’Anna, ‘Recherches sur les navigations préhistoriques en Méditerranée occidentale’, em *Navigation et gens de mer en Méditerranée de la préhistoire à nos jours* (Paris, 1980), 1-16: 5.

9 Broodbank, 96 (o capítulo todo é importante).

10 CS 176.

Bloch certa vez avisou: ‘l’unité de lieu n’est que désordre. Seul l’unité de problème fait centre’.¹¹ Para um historiador, a unidade de lugar pode ser apenas uma preliminar. Toda sorte de livros interessantes foi escrita mais ou menos sobre o Mediterrâneo e sua região costeira como um lugar, mas com que frequência eles têm sido livros de história? O que podemos imaginar – e o que seria difícil de imaginar, digamos, há setenta anos – é uma história do mundo mediterrâneo que fosse essencialmente uma história da interação entre aquele meio ambiente e os seres humanos nele. Aqui podemos voltar à distinção que soa tão escolástica entre história *do* e história *no*. Horden e Purcell distinguem entre o que é seu objeto e o que é anunciado na parte 1 de *The Mediterranean and the Mediterranean World* (‘The Role of Environment’) ao proclamar sua fidelidade a ‘microecologias’ (em perspectiva de uma definição posterior), embora eles concordem que isso trará, de modo subordinado, a história ‘política, social, econômica, religiosa’ que, de acordo com eles, é história *no*.¹²

The Corrupting Sea também se diferencia de *The Mediterranean and the Mediterranean World* de várias outras maneiras. Os autores acusam seu predecessor de ‘uma forte inclinação para o determinismo ambiental’ – como outros já o tinham feito –,¹³ mas não fica totalmente claro se o réu deve ser condenado ou não, e penso que Horden e Purcell o reconhecem. Braudel se declarava inocente,¹⁴ e a grande síntese *Civilization and Capitalism* o corrobora. Como muitos historiadores da economia e da política antes e depois, Braudel se esforçou por estabelecer o equilíbrio causal certo entre o ambiente físico e a tomada de decisão humana. Ele não obteve sucesso, mas ao menos seus três ritmos de tempo são uma tentativa excepcionalmente imaginativa de enfrentar o problema. Dificilmente podemos culpar os historiadores dos *Annales* por procurar determinadores de ação de longa-duração, e foram eles afinal que deram às *mentalités* um papel importante na história. Adotando a perspectiva-padrão contemporânea de que os seres humanos e o ambiente agem um sobre o outro, Horden e Purcell afirmam proporcionar mais espaço para

11 Em uma resenha, *Annales d’histoire économique et sociale* 6 (1934), 81-5: 81.

12 CS 2.

13 CS 36. E veja 41-2. Isso é um pouco como acusar São Tomás de Aquino de não saber latim.

14 Veja, por exemplo, *MMW*, i. 267; mas veja também ii. 1244.

a agência dos humanos,¹⁵ mas é difícil perceber que há muita diferença. Quando eles discutem as quatro microrregiões selecionadas, não parecem divergir muito de Braudel nesse respeito.¹⁶

A linha entre a intervenção humana (admissível, de acordo com *The Corrupting Sea* como parte da história *do*) e história *no* (inadmissível) é quase impossível de se manter. Pense em um exemplo concreto de mudança ecológica gerada por humanos – digamos, a engenharia hidráulica romana na planície do Pó – e parece óbvio que o fenômeno não pode ser discutido inteligivelmente isolado de sua história econômica e social, e provavelmente política. É um feito importante de Horden e Purcell ter colocado o ambiente físico no centro da análise, mas assumimos que a ambição deles não é serem geólogos ou oceanógrafos.¹⁷

Seria possível, incidentalmente, escrever uma história satisfatória da interação do homem pré-moderno com o meio ambiente em outros mares mais ou menos independentes dentro do Mediterrâneo ou nas proximidades? Por que não? Certamente não há escassez de fatos ambientalmente interessantes e teorias sobre eles, digamos, os mares Egeu ou Tirreno. E agora que uma história ambiental mais precisa passou a existir, não há razão para não escrever a história *de* qualquer número de cursos menores de água. De fato, há uma grande vantagem: pode-se ser exaustivo. Volta a suspeita de que o Mediterrâneo como um todo tem um poder de atração mais forte enquanto objeto, em parte por uma razão que está apenas remotamente ligada à história ambiental: ele simplesmente tem sido o palco de vários dos principais conflitos de poder da história ocidental, gregos contra persas, romanos contra

15 Veja, por exemplo, A. Ruiz Rodriguez, M. Molines e M. Castro López, 'Settlement and Continuity in the Territory of the Guadalquivir Valley (6th Century B.C. - 1st Century A. D.)', em G. Barker e J. Lloyd (eds.), *Roman Landscapes: Archaeological Survey in the Mediterranean Region* (London, 1991), 29-36: 29.

16 No caso do vale do Beqaa, temos uma breve referência ao assentamento de veteranos romanos (CS 58); no caso do sul da Etrúria, a ausência de agentes romanos é ainda mais marcada porque ali ao menos os etruscos e romanos fizeram uma grande diferença para a capacidade de carga da terra ao construir e manter os *cuniculi* de drenagem (apropriadamente mencionado posteriormente, CS 247); a Cirenaica é tratada de maneira um pouco diferente, pois somos informados sobre a produção de sílfion e sobre a invasão dos nômades Hilali no século XI (p. 65, 74); Melos, finalmente, apresenta problemas particularmente difíceis para um historiador ambiental ou econômico, apesar do estudo inovador *An Island Polity* (C. Renfrew and J. M. Wagstaff (eds.), Cambridge, 1982), e embora Horden e Purcell aproveitem tudo o que podem daquele livro, não vemos em CS muito da influência humana na ecologia da ilha. O conceito de 'microrregião' é um tanto central para CS, mas seu significado não é definido: seria cada ilha grega habitada uma microrregião, cada vale fluvial?

17 Horden e Purcell escrevem (464-5) que eles têm tentado mostrar como sua 'abordagem microecológica pode ser colocada em relação aos ingredientes "didáticos" da narrativa política, social, religiosa e econômica [sic]', mas poucos leitores, suspeita-se, teriam notado isso. Pode-se assumir que eles não pensam que 'toda análise de relações culturais e sociais se dissolve numa ecologia que engloba tudo' (o modo de R. Ellen descrever um erro que a antropologia ambiental deveria evitar, *Environment, Subsistence and System: The Ecology of Small-scale Formations* (Cambridge, 1982), p. xi).

cartagineses (e todo o resto), cristãos contra muçulmanos. Mesmo Braudel encontrou dificuldade em resistir ao contingente e, em *The Mediterranean and the Mediterranean World*, forneceu, claro, uma parte 3 sobre os eventos ('Events, Politics and People'), incluindo um capítulo de cinquenta páginas sobre a Batalha de Lepanto (principalmente sobre diplomacia, provavelmente refletindo a fase inicial de sua pesquisa).

Há anos pesquisadores têm descoberto o Mediterrâneo em outras partes de mundo. Em outro capítulo de *Rethinking the Mediterranean*, o artigo de David Abulafia, um notável *tour de force*, faz um levantamento dessa literatura. Isso deveria nos alertar de que a fragmentação e a diversidade devem ser esperadas em uma região de tal tamanho, quer seja o Mar da China Meridional ou o Mar do Caribe. A verdadeira região mediterrânea não é variada em alguns aspectos, mas isso não deveria garantir a ela qualquer respeito historiográfico especial ('La Toscana è... una regione fondata sulle diversità', está escrito em meu guia turístico, que não fica corado diante de tal clichê). Conexidade (*connectedness*) – 'conectividade' (*connectivity*) no jargão eletrônico de *The Corrupting Sea* – é um assunto bem diferente, e os fatores que o trouxeram à existência, ou o inibiram, em qualquer caso em particular, são uma questão fascinante, para não dizer urgente.

Outra coisa que o historiador ambiental não pode negligenciar é o tempo. *The Mediterranean and the Mediterranean World* se esforça constantemente para expressar a relação entre os três níveis de tempo do autor, particularmente aqueles que têm uma identidade mais clara, a *longue durée* e o tempo de eventos contingentes. *The Corrupting Sea* assume corajosamente a responsabilidade de um longo período – embora a Idade do Bronze seja muito negligenciada.¹⁸ É necessário um acadêmico bastante especial para lidar com 2 mil anos, o que dizer de três ou quatro.¹⁹ Infelizmente é quase impossível discutir sobre a ecologia pré-moderna com qualquer horizonte mais restrito.²⁰ Em 2000 a.C. a vinha e a oliveira já tinham sido domesticadas. (Do ponto de vista de um arqueólogo da pré-história, os limites temporais propostos ainda não vão parecer muito impressionantes: 20 mil anos é um horizonte comum, e o assentamento mais antigo da Europa datado com mais

18 Mesmo os minoicos e os micênios recebem muito menos atenção do que se poderia esperar, sem mencionar os outros (maioria) habitantes da costa mediterrânea no segundo milênio a.C.

19 Meu sonho é que um dia os candidatos a doutorado em história americana tenham de fazer exame sobre a *longue durée*.

20 Crítica a *The Corrupting Sea*, em uma variedade de termos, por não abranger um período mais longo: L. Nixon, *Journal of Roman Studies* 92 (2002), 196.

certeza, Isernia La Pineta, costuma ser datado de cerca de 750 mil BP,²¹ quando rinocerontes e elefantes migraram para Molise). Não que o assunto seja simples, e bem no primeiro milênio a.C. havia muitas áreas que, como o Vale de Biferno, parecem ter permanecido intocadas por pessoas ou por espécies domesticadas originárias do leste.

É uma estratégia razoável para qualquer historiador de tempos pré-modernos argumentar que pouco, se alguma coisa, mudou de um século para o outro, ainda mais se o foco estiver sobre a demografia, a cultura de subsistência, o pastoreio, o meio ambiente – mas menos, o que é bastante óbvio, se o foco estiver, digamos, sobre as trocas, a migração, a aculturação, *mentalités* ou poder. Mas o caso da imobilidade tem de ser discutido – e as mudanças que ocorreram precisam ser mensuradas. Imobilidade pode também ser relativa. As mudanças na economia e na navegação mediterrânea entre 400 a.C. e 100 a.C. eram lentas se comparadas àquelas que tiveram lugar nos últimos 300 anos, mas rápidas pelos padrões gerais dos milênios que estamos considerando.

A simples extensão de tempo com o qual o historiador do Mediterrâneo é mais ou menos impelido a lidar constituirá um difícil obstáculo. O capítulo de Van De Mierop em *Rethinking the Mediterranean* é particularmente bem-vindo porque nos faz pensar sobre os tipos de povos que habitaram o litoral oriental do Mediterrâneo c. 1500 a.C. Seu artigo pode também ajudar a nos inocularmos contra as generalizações históricas sobre essa região baseadas na Itália e na Grécia, dois fragmentos de um todo vastamente maior.

A questão sobre a imobilidade e a mudança na antiguidade é, uma vez que os termos foram definidos, fundamentalmente uma questão de grau. Mas isso nos coloca numa posição difícil, para não dizer desesperadora, porque quase nada que tenha a ver com a história ambiental do mundo mediterrâneo antigo pode ser medido. ‘Tudo é mutabilidade’, dizem Horden e Purcell.²² Justo; mas eles não nos oferecem quaisquer meios de medir ou avaliar a mudança ecológica ou econômica. Eis uma das fronteiras do nosso objeto: seremos algum dia, por exemplo, capazes de medir o ritmo daquele processo controverso

21 G. Baker, com R. Hodges e G. Clark, *A Mediterranean Valley: Landscape Archaeology and Annales History in the Biferno Valley* (Leicester, 1995), 85-7. Fui informado de que há um sítio ainda mais antigo.

22 CS 464.

embora provavelmente crucial, o desmatamento, no Mediterrâneo antigo?²³ Certamente não foi um processo que avançou com velocidade constante em todos os períodos.

Em seguida, há a questão da imobilidade entre o final da antiguidade, ou a Idade Média, e o presente etnográfico. A tentação de identificar o passado com o (pseudo-) presente ou, ainda, encontrar o primeiro no segundo, tem-se provado irresistível. Isso está presente em pelo menos uma das grandes obras da literatura do século XX – *Cristo si è fermato a Eboli*. Ei-lo(la) – *homo Mediterraneus*, paciente, resistente, fantasticamente supersticioso, clânico, cheio de hostilidade com seus vizinhos, imutável. Seria um retrato fiel ou um retrato meramente convincente? É claro que Carlo Levi nunca fingiu, diferentemente de alguns daqueles que o têm citado, que a ecologia ou a economia de ‘Gagliano’ era intocada pelo mundo exterior: de fato, um dos maiores sofrimentos dos pequenos pastores de Gagliano consistia em um novo e estúpido tributo sobre cabras elucubrado na distante Roma. E o fato social mais importante sobre a Lucânia daquela época foi uma emigração massiva de homens para outros continentes.²⁴

Retornaremos mais adiante (Seção 6) à questão mais geral de como os historiadores da antiguidade devem usar a evidência etnográfica. *The Corrupting Sea* tenta atingir uma abordagem equilibrada em relação ao que deve ser feito com a etnografia mediterrânea: seus autores levantam a esperança de que ‘uma prudente combinação da antropologia e da história do século XIX pode nos conduzir de volta ao momento antes de o inédito tumulto da “modernização” começar’.²⁵ Eles parecem esperar que, ao voltar para 1800 d.C., virtualmente terão alcançado seu período antigo/medieval, uma perspectiva que corretamente qualificam como ‘otimista’.²⁶ Eles citam com reiteração a seguinte passagem de Bloch:²⁷

23 Devemos voltar a essa questão mais adiante, mas devo dizer de uma vez que não tenho o conhecimento científico necessário para alcançar uma conclusão independente.

24 O que é realmente extraordinário é ver esse imobilismo abordado por Braudel, *MMW*, ii. 1239, 1242-43 – bastante baseado em Lawrence Durrell e em uma leitura desleixada de Carlo Levi. Para uma leitura melhor deste último, veja CS 468-70. R. S. Bagnall, *Reading Papyri, Writing Ancient History* (London, 1995), 70-1, comenta bem a importância de resistir à tentação de ver o interior do Egito contemporâneo como atemporal e imutável. M. Fotiadis, ‘Modernity and the Past-still-present: Politics of Time in the Birth of Regional Archaeological Projects in Greece’, *American Journal of Archaeology* 99 (1995), 59-78, é leitura essencial, mas esse artigo teria se beneficiado se tivesse dado mais atenção à política.

25 CS 466-74; a passagem citada: 471.

26 CS 474.

27 *The Historian's Craft*, trad. [para o inglês] de P. Putnam (New York, 1953); ed. original: *Apologie pour l'histoire, ou Métier d'historien* (Paris, 1949), 46, citado em CS 461 e reiterado em 484.

Mas no filme que ele [o historiador] está examinando, apenas o último quadro permanece um tanto claro. A fim de reconstituir a imagem desbotada dos outros quadros, ele precisa primeiro rodar o filme na direção oposta àquela em que os quadros foram fotografados.

Mas para ser insensível, isso tem quase nada a ver com o que os historiadores fazem agora ou faziam na época de Bloch, com certeza não os historiadores da antiguidade. E também não representa o próprio método de Bloch, embora isso tenha raízes em sua crença ainda mais limitada de que um historiador francês possa aprender uma vastidão a partir da paisagem francesa.²⁸

Quais são, então, os elementos essenciais em uma história *do* Mediterrâneo (aceitando, para o bem da discussão, a validade da distinção *de/no*)? O que se segue definitivamente não pode ser omitido, sugiro:

- *Alguma delimitação da área em questão.* Embora nenhuma definição canônica seja possível, tem realmente de haver alguns limites para cada período; caso contrário, pareceremos neuróticos (não há grande dificuldade, entretanto, em tratar zonas periféricas como intermediárias ou transitórias). Platão percebeu, como outros gregos sem dúvida perceberam por muitas gerações antes dele, que havia um único mar que se estendia ‘do Rio Phasis [i.e., a terra na extremidade leste do Mar Negro] às Colunas de Hércules’ (*Fédon* 109ab), o que é reconhecidamente um tanto indeterminado. A questão da delimitação pode se tornar em parte uma questão sobre os vales ou bacias de rios, Danúbio, Reno, Baetis, Mesopotâmia – para não mencionar os grandes rios que deságuam no Mediterrâneo –, mas também sobre os planaltos. Onde estão os lugares substancialmente intocados pela interação do homem com o meio ambiente mediterrâneo? E pode mesmo ser verdade que o Egito está ‘fora [do Mediterrâneo] ecologicamente’?²⁹ Como discutiríamos esse caso, de um jeito ou de outro? O limite sul

28 Note a força de ‘primeiro’ na passagem citada. Antes, no mesmo parágrafo, Bloch escreveu uma sentença que contrabalança com aquela: ‘Não que, de fato, possa haver qualquer questão de impor esse quadro sempre estático, exatamente do jeito que ele é, em cada estágio da jornada curso acima rumo à nascente do passado.’ Mas rebobinar o filme ecoa em Braudel, *The Structures of Everyday Life (Civilization and Capitalism, 1)*, trad. [para o inglês] de S. Reynolds (London, 1979); ed. original, *Les Structures du quotidien* (Paris, 1979), 294.

29 Como afirmado por CS 397. Não que os autores sejam consistentes: Alexandria antiga está fora, mas o Cairo medieval está dentro (o antigo Nilo faz uma curta aparição, 239; e veja o mapa 21). Veja o capítulo de

do mundo mediterrâneo pode ser a linha entre ‘o deserto e as áreas férteis’,³⁰ mas isso inclui o vale do Nilo. E em outras direções, a flora não coopera muito: por exemplo, devemos nos basear nos limites norte do cultivo da oliveira? Se negligenciarmos esse problema da delimitação, podemos acabar como um escritor recente que negou ter havido um desmatamento maior sob o Império Romano (uma questão que eu não pretendo responder neste artigo) dizendo que quase toda a evidência vem de lugares como ‘o sul dos Alpes’ e ‘algumas partes no norte da Grécia moderna’,³¹ que podemos muito bem, sob outras circunstâncias, considerar parte do mundo mediterrâneo (e de qualquer modo, eles eram parte do Império Romano).³²

- *A história natural, articulada através dos períodos.* Não faria mal esclarecer, para os historiadores ignorantes em biologia e botânica como muitos de nós somos, o que se sabe ter sido domesticado e cultivado na totalidade da área; pestes, vírus e bactérias também são altamente relevantes.³³ Devemos pensar não somente em alimento, mas nas outras três necessidades físicas também: combustível, vestimenta e abrigo. É claro que tem havido uma enorme quantidade de publicações científicas sobre a maioria desses assuntos,³⁴ e um volume recente sobre Pompeia marca um importante passo à frente.³⁵ Seria extraordinariamente útil ter o *Subsistence Farming in Roman Italy* expandido, numa escala mediterrânea, com todo o enriquecimento fornecido pelas modernas disciplinas da paleobotânica e da paleozoologia. É tão fácil para os historiadores

R. S. Bagnall em *Rethinking the Mediterranean*. B. D. Shaw, resenhando CS no *JRA* 14 (2001), observa (p. 444) que ‘toda a ecologia do Egito está em desacordo com os modelos de Mediterrâneo dos autores’.

30 Shaw 423.

31 O. Rackham, ‘Ecology and Pseudo-ecology: the Example of Ancient Greece’, em J. Salmon e G. Shipley (eds.), *Human Landscapes in Classical Antiquity* (London, 1996), 16-43: 31. Veja *Rethinking the Mediterranean*, p. 32.

32 A história imperial de Roma, devo acrescentar, precisa de um mapa bem diferente, cobrindo não o Mediterrâneo ou aquela área familiar correspondente às províncias durante o reinado de Trajano, mas uma área muito maior que abranja onde o Império Romano tinha ligações econômicas, desde a Polônia ao Sri Lanka e ao Zanzibar.

33 Estudos sobre ratos foram colocados num outro patamar por M. McCormick, ‘Rats, Communication, and Plague: Toward an Ecological History’, *Journal of Interdisciplinary History* 34 (2003-4), 49-61.

34 Cf. CS 111-12, Grove e Rackham, *The Nature of Mediterranean Europe*, esp. caps. 4, 10 e 11. Sobre o negligenciado assunto do combustível, veja S. Pignatti, ‘Human Impact in the Vegetation of the Mediterranean Basin’, em W. Holzner, M. J. A. Werger e I. Ikusima (eds.), *Man’s Impact on Vegetation* (The Hague, 1983), 151-61: 152-3, H. Forbes, ‘The Uses of the Uncultivated Landscape in Modern Greece: a Pointer to the Value of Wilderness in Antiquity?’, em Salmon e Shipley, *Human Landscapes*, 68-97: 84-8, W. Smith, ‘Fuel for Thought’, *Journal of Mediterranean Archaeology* 11 (1998), 191-205. Em relação aos tecidos, veja especialmente E. J. W. Barber, *Prehistoric Textiles: The Development of Cloth in the Neolithic and Bronze Ages* (Princeton, 1991), e CS 352-63.

35 W. F. Jashemski e F. G. Meyer (eds.), *The Natural History of Pompeii* (Cambridge, 2002); note especialmente Jashemski, Meyer e M. Ricciardi, ‘Plants’ (p. 80-180), e A. King, ‘Mammals’ (p. 401-50).

assumir que as coisas cresciam do jeito que elas crescem agora – daí a adaptação frequente do mapa de Braudel para os limites norte do cultivo de oliveiras, apesar da evidência de que, por razões um tanto óbvias, elas chegaram a ser cultivadas mais ao norte na antiguidade e na Idade Média.³⁶

Bastante relacionado a tudo isso está evidentemente a questão da água. Uma das façanhas mais importantes de *The Corrupting Sea* é formular uma abordagem para a história da administração e da irrigação da água (com informações intrigantes sobre o Orontes), e junto com outro trabalho recente, esse livro agora começa a nos dar uma ideia mais clara dos modos como a água ditava os limites do uso da terra e da urbanização na antiguidade e no medievo.³⁷

- *Que carga populacional essa região poderia suportar* – em todas as circunstâncias relevantes em épocas específicas, tais como níveis de reflorestamento e pantanosidade, possibilidades de cultivo e métodos de gerenciamento da terra, possíveis populações animais, disponibilidade de carne e peixe, métodos conhecidos de distribuição de alimento, estocagem de alimento e preparação da comida? Essa também é uma questão extremamente complexa, e uma das tarefas que aguardam o historiador ambiental do Mediterrâneo antigo. Tem-se provado difícil estabelecer o tamanho das populações pré-históricas em termos de capacidade de transporte, e tais tentativas precisam levar em consideração os padrões de 'bem-estar' da população em questão.³⁸ Horden e Purcell nos informam que estimativas de capacidade de transporte 'são evidentemente

36 O único autor que parece ter notado a natureza a-histórica do mapa de Braudel é D. J. Mattingly, 'First Fruit? The Olive in the Roman World', em Salmon e Shipley, *Human Landscapes*, 213-53: 215-16, e até mesmo ele não considera o aspecto italiano desse assunto. Para o cultivo de oliveiras na Lombardia do século VIII, ver L. Schiaparelli (ed.), *Codice diplomatico longobardo* (Roma, 1929), documentos 123, 167, 231, 234, 257 (e possivelmente outros).

37 Veja CS 237-57, 585-8 (mas para a visão do papel do estado, veja abaixo, p. 33). Para algumas contribuições recentes e surpreendentes, veja J. P. Oleson, 'Water-lifting Devices at Herculaneum and Pompeii in the Context of Roman Technology', em N. De Haan e G. C. M. Jansen (eds.), *Cura aquarum in Campania (Bulletin Antieke Beschaving, Suppl. 4)* (Leiden, 1996), 67-77, P. Kessener, 'The Aqueduct at Aspendos and its Inverted Siphon', *JRA* 13 (2000), 104-32, D. Amit, J. Patrich, e Y. Hirschfeld (eds.), *The Aqueducts of Israel (JRA, Suppl. 46)* (Portsmouth, RI, 2002). Novamente precisamos de cronologia de longa duração: a Idade do Bronze pode ser vista como a época em que teve início a administração da água em larga escala na região do Mediterrâneo – veja G. Argoud, L. I Marangou, V. Panagiotopoulos e C. Villain-Gandossi (eds.), *L'Eau et les hommes en Méditerranée et en Mer Noire dans l'antiquité* (Athènes, 1992).

38 T. Bayliss-Smith, 'Prehistoric Agricultural in the New Guinea Highlands: Problems in Defining the Altitudinal Limits to Growth', em J. L. Bintliff, D. A. Davidson, e E. G. Grant (eds.), *Conceptual Issues in Environmental Archaeology* (Edinburgh, 1988), 153-60: 153.

impossíveis',³⁹ mas seu próprio Capítulo VI ajuda a estabelecer alguma base para uma resposta.⁴⁰

As questões subjacentes que concernem às verificações positivas de Malthus, e como as populações antigas reagiam a elas e, ainda, se havia verificações 'preventivas' e, ainda além, se havia qualquer possibilidade na antiguidade de crescimento econômico sustentável. Não se pode esperar que uma história meramente do meio ambiente responda totalmente tais questões, mas pode-se esperar que ela se ligue a outras áreas de investigação como a história da migração e da colonização – essas devem ser vistas não da maneira clássica, como preenchedoras dos espaços vazios, mas como a *ocupação* do espaço.

- *O que os habitantes da região do Mediterrâneo antigo pensavam sobre a identidade da parte do mundo na qual eles viviam?* Se a intervenção humana deve ter um papel na nossa história do Mediterrâneo, precisamos saber como os habitantes da região litorânea (pelo menos) o consideravam. Como eles imaginavam seu tamanho, forma e outras características, e mesmo como o nomeavam, é significativo.⁴¹ Dizer que nas línguas semíticas o Mediterrâneo era 'um tanto amplamente' chamado 'o Grande Mar' em 1000 a.C., e implicar que esse foi posteriormente o termo grego padrão⁴² é muito aquém do mínimo satisfatório. Alguns documentos acadêmicos usam tal expressão,⁴³ mas não parece que eles se refiram a todo o Mediterrâneo. É difícil imaginar que, quando os fenícios e os gregos viajavam a extensão do Mediterrâneo nos séculos IX e VIII a.C., eles não inventassem nomes para ele. Hecateu, por acaso, é o primeiro grego que se sabe ter chamado o Mediterrâneo de 'o grande mar' (*FGrH* 1 F26) e ele estava se referindo a algo como sua totalidade. Mais interessante, talvez, é a expressão 'nosso

39 CS 47. Mas sobre a capacidade de transporte das ilhas, cf. CS 381. Renfrew e Wagstaff (eds.), *Island Polity*, 145, estabeleceram com credibilidade a população máxima de Melos em tempos clássicos em quase 5 mil, 'um teto cerca de 40-60% acima dos níveis que provavelmente foram atingidos na prática'. Sobre as dificuldades em calcular a capacidade de transporte, veja Ellen, *Environment*, 41-6, R. Sallares, *The Ecology of the Ancient Greek World* (London, 1991), 73-7, Grove e Rackham, *The Nature of Mediterranean Europe*, 70-1.

40 É difícil supor como eles serão capazes de evitar conclusões de algum tipo, embora tentador, quando no volume 2 eles finalmente alcançarem o assunto da demografia.

41 O artigo de O. A. W. Dilke, 'Graeco-Roman Perception of the Mediterranean', em M. Galley e L. Ladjimi Sebai (eds.), *L'Homme méditerranéen et la mer* (Tunis, 1985), 53-9, não faz jus a seu título. Por outro lado, V. Burr, *Nostrum Mare. Ursprung un Geschichte der Namen des Mittelmeeres und seiner Teilmeere im Altertum* (Stuttgart, 1932), ainda é muito útil. Ele reviu os nomes antigos para não menos de 27 partes componentes do Mediterrâneo bem como para o próprio mar.

42 CS 10-11.

43 Burr, *Nostrum Mare*, 89 n. 50.

mar', *he hemetera thalassa* (Hecateu F302c), e a variante *he kath'hemas thalassa*, 'o mar na nossa parte do mundo' (Hecateu F18b).⁴⁴ Como quer que tenha sido chamado, ele era o mar em torno do qual 'nós' (um 'nós' indefinido) vivemos, como formigas e rãs em torno de uma poça, de acordo com o Sócrates de Platão (*Fédon* 109b). Será que todos os gregos domesticaram o Mar Mediterrâneo a essa extensão? Para o *mundo* mediterrâneo, entretanto, nem gregos nem latinos tinham uma expressão especial: os gregos podiam chamá-lo *oikoumene*, mas também usavam essa palavra para o mundo todo, o qual, sem dúvida, eles sabiam ser muito maior.⁴⁵

- *Aqueles que viviam em torno do Mediterrâneo antigo o consideravam – ou consideravam a parte na qual viviam – como uma conexão em potencial ou uma barreira ou ambos ao mesmo tempo?* Que tipo de povo era tão voltado para o mar que superou o medo de piratas e vivia no litoral? Quem conhecia os riscos e as oportunidades? Havia uma *mentalité* do pequeno ilhéu? (As questões se proliferam rapidamente). Não deixemos que nossas respostas sejam muito gregas; textos do antigo Oriente Próximo precisam estar constantemente em nossas mãos. O que o navegador iletrado pensava, ou o camponês que podia ou não migrar, ou aquele favorito de Braudel, e também de Horden e Purcell, o comerciante costeiro, o *caboteur*? Essas questões não são totalmente impossíveis: afinal, sabemos que fenícios e gregos emigravam em número considerável, enquanto outros não, e não parece que isso tenha sido simplesmente uma questão de quem possuía a tecnologia marítima necessária.

Para muitos gregos, manifestamente, o mar estava no centro e a proximidade com o mar era uma condição essencial da vida econômica e da vida civilizada: sabia-se que alguém tinha alcançado um mundo diferente quando nas viagens se encontrava 'homens que não conhecem o mar, e que não comem sal em sua comida' (*Odisseia* 11.122-3). Hesíodo se volta naturalmente, embora timidamente, da terra para o mar (*Os trabalhos e os dias* 618-94). Mas quão representativas eram essas atitudes, ou quão reproduzidas pelas outras populações mediterrâneas, é ainda um assunto para ser investigado.

Um fenômeno do mundo antigo que se

44 Não há necessidade de discutir aqui se essas expressões são realmente tão antigas quanto Hecateu. 'Mediterraneum Mare' primeiro apareceu como o nome do mar em Isid. *Etym.* 13. 16. 1.

45 Mesmo o lúcido Políbio é inconsistente: em i. 1-4, ii. 37, iii, 3 etc, o termo significa algo como o mundo mediterrâneo, mas em iii. 1, iii. 58, viii. 2 etc, ele se refere ao mundo mais amplo, e em iii. 37 e algures o mundo mediterrâneo é *he kath'hemas oikoumene*. Para a visão de que a civilização se centra em torno do Mediterrâneo, veja Estrabão ii. 122.

expandiu e contraiu foi o transporte a longa distância de mercadorias básicas como a tríade mediterrânea e os metais. Todos os interessados vieram a considerar os problemas práticos do transporte de mercadorias a longa distância como administráveis. Parece que nos falta qualquer explicação sistemática de como isso aconteceu.

- *Exploração do ambiente natural versus seu uso consciente.* Diante da questão de se os gregos clássicos 'tinham uma atitude' diante da ecologia, Rackham compreensivelmente respondeu 'Eu não sei',⁴⁶ e prosseguiu apontando as dificuldades metodológicas. Para o período romano, há ao menos um estudo competente de P. Fedeli sobre as noções antigas do que danificava a natureza.⁴⁷ Mas a principal questão da qual partir, suponho, é como as pessoas tratavam o mundo natural quando a tecnologia disponível possibilitava escolhas, ou parecia possibilitar. É pouco surpreendente que os habitantes do Império Romano derrubavam imenso número de árvores (os efeitos são bastante discutidos), mas é surpreendente em certo nível que o governo de Tibério tenha certa vez planejado fazer o rio Chiani correr para o norte e desembocar no Arno em vez de correr para o sul e desembocar no Tibre, com a finalidade de diminuir a inundação da capital (Tac. *Ann.* i.79 etc.). Ambiciosa engenharia hidráulica, geralmente a serviço de uma cidade, é um tema constante.
- *Quais elementos no ambiente natural possibilitaram a existência de sistemas de pilhagem e de troca apesar da distância?* E o que acontecia quando tais sistemas enfraqueciam, quando a pirataria era reduzida (se ela realmente o foi por qualquer período mais longo),⁴⁸ e quando a troca a longa distância diminuía? A troca durante a Idade do Bronze no Mediterrâneo tem sido cuidadosamente estudada nas últimas décadas,⁴⁹ mas talvez precisemos de mais teorizações sobre seu desenvolvimento diacrônico. O que levou os gregos do continente a Melos e à sua obsidiana em primeiro lugar? Podemos supor que os homens da Idade do Bronze deram início a esforços para obter materiais específicos como cobre, estanho e obsidiana de lugares relativamente remotos. Mais tarde, piratas e mercadores, pouco diferenciáveis entre si, começaram a

46 Rackham, 'Ecology', 33.

47 P. Fedeli, *La natura violata: ecologia e mondo romano* (Palermo, 1990).

48 D. C. Braund, 'Piracy under the Principate and the Ideology of Imperial Eradication', em J. Rich e F. Shipley (eds.), *War and Society in the Roman World* (London, 1993), 195-212, argumenta de modo convincente que mesmo sob os imperadores romanos a pirataria continuou sem qualquer redução.

49 Veja por exemplo N. H. Gale (ed.), *Bronze Age Trade in the Mediterranean* (Jonsered, 1991), E. H. Cline, *Sailing the Wine-dark Sea: International Trade and the Late Bronze Age Aegean* (Oxford, 1994).

expandir os tipos de mercadoria, incluindo seres humanos, para trocas oportunistas.⁵⁰ Mais tarde ainda, cidades começaram a procurar mais sistematicamente por excedentes agrícolas que elas poderiam importar – portanto, precisamos dividir o ambiente mediterrâneo em lugares capazes e incapazes de produzir tais excedentes, e mais uma vez voltamos à demografia. Os lugares dos quais tais excedentes agrícolas poderiam ser obtidos estariam geralmente mais distantes,⁵¹ o que sublinha a natureza extraordinária do poder romano, que poderia importar grãos em enormes quantidades do Egito para a capital. Inúmeros fatos sublinham a importância do transporte pela água: na Itália da Idade do Bronze, por exemplo, esse era o meio pelo qual os metais faziam sua jornada, pelo rio ou pela costa.⁵² Como ainda não temos um mapa de primeira linha dos recursos minerais que eram exploráveis durante a antiguidade no Mediterrâneo,⁵³ temos um bom caminho para percorrer antes de compreendermos os efeitos de sua distribuição.

Isso nos deixa com uns 1.500 anos da história antiga ainda por percorrer, incluindo o alto período do comércio mediterrâneo datado do século II a.C. ao II ou III milênio d.C. Horden e Purcell têm muitas coisas incisivas para dizer sobre o comércio na antiguidade – inclusive uma crítica enérgica da visão que Hopkins batizou de 'minimalismo estático' –,⁵⁴ mas há muito mais para dizer, mesmo atualmente, especialmente sobre intensificação e declínio.

50 Com exceção dos seres humanos, parece que eles às vezes cobriam longas distâncias para obter materiais que estavam disponíveis em lugares próximos, um exemplo é o ferro na Eubeia (como na expressão 'trazer areia para o deserto'): veja D. W. Tandy, *Warriors into Traders: The Power of the Market in Early Greece* (Berkeley and Los Angeles, 1997), esp. p. 64, e D. Ridgway, 'Final Remarks: Italy and Cyprus', em L. Bonfante e V. Karageorghis (eds.), *Italy and Cyprus in Antiquity: 1500-450 a.C.* (Nicosia, 2001), 379-93: 380. 51 Cf. o mapa em M. E. Aubet, *The Phoenicians and the West*, 2nd. edn., (Cambridge, 2001), 124, com o título 'Main products of exchange in Tyrian trade in Ezekiel'.

52 Baker, *Mediterranean Valley*, 152.

53 O melhor que conheço até agora é fornecido por M. Lombardi, *Les Métaux dans l'ancien monde du Ve aux XIe siècle* (Paris and The Hague, 1974), 10-11 (com outros mapas úteis também). Cf. também R. Shepherd, *Ancient Mining* (London and New York, 1993). O tipo de estudo do qual precisamos é representado por N. H. Gale, Z. A. Stos-Gale e T. R. Gilmore, 'Alloy Types and Copper Sources of Anatolian Copper Alloy Artifacts', *Anatolian Studies* 35 (1985), 143-73; Z. A. Stos-Gale e N. H. Gale, 'New Light on the Provenience of the Copper Oxhide Ingots Found on Sardinia', em *Sardinia in the Mediterranean: Studies in Sardinian Archaeology Presented to Miriam S. Balmuth* (Sheffield, 1992), 317-37 etc. (a bibliografia completa é bastante longa para colocá-la aqui). Para uma visão geral, veja A. B. Knapp, 'Ethnicity, Entrepreneurship, and Exchange: Mediterranean Inter-island Relations in the Late Bronze Age', *Annual of the British School at Athens* 85 (1990), 115-53: 129-41. Para as fontes de estanho, veja C. F. E. Pare, 'Bronze and the Bronze Age', em Pare (ed.), *Metals Make the World Go Round* (Oxford, 2000), 1-38: 25.

54 Ou seja, a visão de que a vida econômica experimentava um desenvolvimento mínimo de um período da antiguidade para outro, de que ela nunca proporcionou mais do que a simples manutenção da subsistência à vasta maioria da população, e de que ela nunca testemunhou quaisquer que não fossem as mais simples instituições econômicas. Contra a perspectiva do minimalismo estático no comércio do Mediterrâneo antigo:

- *Os meios técnicos desenvolvidos por todos os povos na região para lidar com as porcas e parafusos de toda essa conexão.* Devemos incluir aqui a tecnologia náutica,⁵⁵ a difusão da informação,⁵⁶ e o desenvolvimento e difusão de habilidades como, por exemplo, a produção têxtil e a mineração, que a região do Mediterrâneo requeria na Idade do Bronze e do Ferro. Pelo mesmo caminho, mas fora do reino da história ambiental, chegaremos às mudanças sociais que se seguiram da adaptação a tais formas de conexão como migração, comércio exterior e a importação de mercadorias básicas.
- *Quanta interdependência econômica havia entre as populações mediterrâneas (litorânea e no interior) em qualquer período?* Finley afirmou em uma de suas últimas obras que a economia antiga não era 'integrada', mesmo sob o Império Romano, o que é e não é verdade.⁵⁷ Seria mais fértil perguntar sobre a interdependência, já que a falta de 'integração' pode ter sido o resultado principalmente da relativa lentidão na comunicação. Interdependência, como a capacidade de transporte, precisa ser vista no contexto das necessidades percebidas. Devemos considerar aqui não simplesmente a dependência generalizada de mercadorias importadas, mas o uso generalizado, especialmente pelos fenícios, gregos e romanos, da colonização para a manutenção do equilíbrio populacional.⁵⁸
- *Em que medida houve em qualquer momento uma unidade cultural?* É evidente que os estudiosos estabelecem níveis muito diferentes. Para alguns a preocupação com a honra supostamente por todo o Mediterrâneo e por todos os milênios parece suficiente; outros, considerando um período da história antiga no qual um único poder se impôs sobre todo o Mediterrâneo, o Império Romano, têm argumentado que os romanos *não* obtiveram

CS 146-52. Não que eu consiga concordar com a caracterização dos autores de 'abordagens existentes ao comércio mediterrâneo' (p. 144).

55 Para uma bibliografia básica, veja CS 565.

56 Veja, dentre outras publicações, J. Andreau e C. Virlouvet (eds.), *L'Information et la mer dans le monde antique* (Rome, 2002).

57 M. I. Finley, *The Ancient Economy*, 2nd edn. (Berkeley and Los Angeles, 1985), 177-9; para uma discussão, veja W. V. Harris, 'Between Archaic and Modern: Some Current Problems in the History of the Roman Economy', em Harris (ed.), *The Inscribed Economy* (*JRA*, Suppl. 6) (Ann Arbor, 1993), 11-29: 18-20.

58 O longo debate sobre as funções e a natureza da colonização antiga continua, evidentemente. Veja, por exemplo, G. Cawkwell, 'Early Colonisation', *Classical Quarterly* 42 (1992), 289-303; G. R. Tsetschladze e F. De Angelis (eds.), *The Archaeology of Greek Colonization: Essays Dedicated to Sir John Boardman* (Oxford, 1994); Aubet, *The Phoenicians*, 76-9. Um modelo convincente atualmente tem de incluir o início da migração grega e tais fenômenos como o início da povoação eubeia na Calcídica (cf. A. M. Snodgrass, 'the Euboeans in Macedonia: A new Precedent for Westward Expansion', em *Apoikia. Scritti in onore di Giorgio Buchner* (= *Annali di archeologia e storia antica* NS 1, Napoli, 1994), 87-93).

êxito na produção de uma unidade cultural, mesmo de um tipo bicultural greco-romano. Essa é uma questão vital na história romana (querendo dizer na história *no* Mediterrâneo), mas provavelmente devemos nos contentar se conseguirmos mostrar que havia quaisquer características típicas e amplamente compartilhadas. Voltaremos à honra na seção seguinte. De acordo com P. Brown, por outro lado, a peça central do Mediterrâneo antigo era a cidade,⁵⁹ no sentido grego, claro. Esse é um ponto de vista tradicional e razoável – que o *The Corrupting Sea* tem tentado, na verdade, derrubar (embora não sem equívocos); mais sobre isso será dito na próxima seção. A questão para nós nesse contexto deveria ser se o ambiente mediterrâneo, e a reação humana imediata a ele, trouxe quaisquer semelhanças culturais notáveis. E se havia tais características, quão distintivas elas eram?

3. *Unidade?*

Um breve ensaio como este não consegue discutir completamente qualquer das questões acima, mas para lidar com a questão do mediterraneanismo (Seção 6), devo ao menos discutir unidade. Pois a afirmação de que a região do Mediterrâneo possuía ou possui unidade está ligada, embora não de um modo claramente lógico, à noção de que ela é distinta. O foco aqui continuará a ser sobre a antiguidade.

Em um parco sentido ao menos, sempre houve obviamente um grau de unidade. Afinal, há uma zona climática com um limite natural parcial ao leste sob a forma do deserto sírio-árabe, bem como limites ao sul e ao norte (o que não significa que esses limites sejam fáceis de definir, ou que as diferenças internas, em relação à precipitação por exemplo, sejam negligenciáveis⁶⁰). Essa é uma área de temperaturas relativamente moderadas, exceto a grandes altitudes, uma área na qual, embora a aridez seja um problema extremamente comum,⁶¹ geralmente há água suficiente para sustentar a agricultura e as cidades. Em um clima similar, e com uma fauna e flora similar, os meios de sobrevivência inevitavelmente demonstram similaridades e continuidades. E desde que o homem aprendeu na Idade do

59 P. Brown, *Society and the Holy in Late Antiquity* (London, 1982), 169.

60 Sobre esse ponto cf. J. D. Hughes, *Pan's Travail: Environmental Problems of the Ancient Greeks and Romans* (Baltimore, 1994), 10. Para a visão de Braudel da unidade climática e ecológica, ver *MMW*, i.234-48.

61 Isso é repetidamente apontado: veja *ibid.* 238-39; J. Davies, *People of the Mediterranean: an Essay in Comparative Social Anthropology* (London, 1977), 41 etc. Outros lugares no mundo têm climas mediterrâneos – partes significantes da Austrália, Califórnia, Chile, África do Sul; para algumas comparações úteis, veja F. di Castri, 'An Ecological Overview of the Five Regions with a Mediterranean Climate', em R. H. Groves e F. di Castri (eds.), *Biogeography of Mediterranean Invasions* (Cambridge, 1991), 3-16.

Bronze a percorrer distâncias consideráveis em barcos, uma rede de conexões marítimas que cobria todos ou a maioria dos corpos de água entre a Fenícia e Cadiz praticamente sempre existiu.

Muitos estudiosos têm tentado descobrir uma ecologia mediterrânea com características mais específicas do que essas. A zona clássica da vinha e mais particularmente da oliveira tem servido há tempos como toska aproximação; as fronteiras ao sul podem ser encontradas no limite norte da palmeira cultivada nas compactas *palmeraies*.⁶² Até aqui tudo bem, e ninguém vai querer subestimar o impacto do vinho e do azeite na vida ou no relevo mediterrâneos. Braudel, como bem se sabe, argumentou por um conceito muito mais amplo de Mediterrâneo, mais histórico do que ecológico, embora ele tenha considerado três zonas com fronteiras físicas, o Saara, a 'Europa' e o Atlântico (com o Oriente Médio aparentemente subsumido ao Saara). Mas é sintomático que mesmo Braudel tenha achado particularmente impossível definir seu 'Mediterrâneo maior': 'deveríamos imaginar uma centena de fronteiras, não uma, algumas políticas, outras econômicas e outras culturais'; de acordo com essa lógica, Goethe estava no Mediterrâneo antes mesmo de ter deixado Frankfurt.⁶³

Vinho e azeite servirão, na verdade, bastante bem como características definidoras do Mediterrâneo antigo, apesar da anomalia mesopotâmica. Consumo pode ser um indicador mais útil do que produção, e graças à arqueologia das ânforas podemos produzir ao menos um mapa aproximado do consumo do azeite no período do Império Romano.⁶⁴ A arqueobotânica pode agora apresentar um quadro muito mais elaborado de todas as plantas domesticadas conhecidas nessa região em tempos antigos,⁶⁵ bem como descrever a difusão do cultivo da vinha e da oliveira de leste a oeste. Duas questões parecem precisar de resposta agora: podemos determinar mais precisamente qual a proporção das necessidades

62 Cf. Braudel, *MMW*, i.168.

63 Ibid. 170. Horden e Purcell tentaram se esquivar do problema de definir seu Mediterrâneo ao se basear no conceito de microrregiões (CS 80), mas essa é uma distração ou um mecanismo de escape mais do que uma solução.

64 Veja D. P. S. Peacock e D. F. Williams, *Amphorae and the Roman Economy* (London, 1986), esp. figs. 8, 21, 82, 102, 105, 108. Para a produção o melhor guia é M.-C. Amouretti e J.-P. Brun (eds.), *La Production du vin et de l'huile en Méditerranée* (*Bulletin de Correspondence Hellénique*, Suppl. 26) (Athènes et Paris, 1993). Veja também CS 209-20.

65 Veja D. Zohary e M. Hopf, *Domestication of Plants in the Old World: The Origin and Spread of Cultivated Plants in West Asia, Europe and the Nile Valley* (note a escolha da área) 3rd edn. (Oxford, 2000); e cf. CS 210, 262.

calóricas da população mediterrânea que o vinho e o azeite conseguiam atingir? E quais características estruturais das sociedades e economias antigas podem ser atribuídas à lógica do cultivo da vinha e da oliveira? Horden e Purcell dizem que não devemos enxergar no comércio do azeite 'uma evidência de economia comercial',⁶⁶ mas não é nada claro por que não.

Outra característica bastante estudada é o pastoreio transumante, difundido por quase todas as terras mediterrâneas por vários milênios. Como a vendeta, ele apela aos estudiosos por ser tão claramente arraigado no tempo, e é com frequência considerado distintivamente mediterrâneo.⁶⁷ O que pode sugerir que uma prática pode ser distintiva mas ao mesmo tempo não definidora.

O que Horden e Purcell insistem como peculiaridade na produção de comida no Mediterrâneo é que ela era especialmente cheia de riscos.⁶⁸ Os riscos são suficientemente claros: a dificuldade é que o risco é também a condição crônica dos agricultores pré-modernos (e não somente dos pré-modernos), em muitos dos outros lugares como, puramente por uma questão de exemplo, a China e a África tropical.⁶⁹ 'É a frequência da mudança de ano para ano, tanto em produção quanto em distribuição, que torna a história mediterrânea distinta', é dito.⁷⁰ Isso seria difícil de estabelecer. 'Na França, houve dezesseis períodos de fome em nível nacional entre 1700 e 1789'.⁷¹

Um significado mais tenaz da unidade ecológica mediterrânea depende se as economias locais são solidamente *conectadas* ao Mediterrâneo mais amplo (e desconectadas de outras partes do mundo?). Se um grande número de pessoas que viviam nas costas mediterrâneas em dado período eram pescadores, pastores ou agricultores autárquicos, então o Mediterrâneo, nesse sentido, não era uma unidade. E nesse caso,

66 CS 213. CS 211-20 discute as implicações da difusão do cultivo da vinha e da oliveira.

67 Veja, por exemplo, P. Garnsey, *Famine and Food Supply in the Graeco-Roman World* (Cambridge, 1988), 201.

68 CS 178, 287. A noção de que foi um risco ambiental que levou as comunidades mediterrâneas a comunicar entre si parece particularmente infundada.

69 Num exame do pastoreio pelo mundo, pode-se dizer que a única região onde a administração do risco, mais do que a maximização do lucro, é o foco é os Andes: D. L. Brownan, 'High Altitude Camelid Pastoralism of the Andes', em J. F. Galaty e D. L. Johnson (eds.), *The World of Pastoralism: Herding Systems in Comparative Perspective* (New York and London, 1990), 323-52: 325-6.

70 CS 74.

71 M. J. Daunton, *Progress and Poverty: An Economic and Social History of Britain 1700-1850* (Oxford, 1995), 56.

devemos classificar o Mediterrâneo como menos importante no período em questão do que outros âmbitos de conexão tais como a micromicrorregião (se é que tal termo é possível) ou o grande vale de um rio. Mas o que, em qualquer caso, constitui uma conexão? Não apenas a *cabotage*, a troca a longa distância, a pirataria e a migração, mas muitas outras formas de movimento humano e também não humano, inclusive a difusão das plantas e das doenças.

Pode-se também argumentar que, durante uma grande parte dos três milênios que estamos considerando, as populações do Mediterrâneo estavam efetivamente ligadas pela guerra, pois os povos contra os quais combatiam, ao menos até o momento em que César invadiu a Gália Comata, eram geralmente mediterrâneos também (não há necessidade de apontar todas as exceções). E tudo isso teve uma série de efeitos no meio ambiente, mesmo se deixarmos de lado os efeitos subsequentes do império. Os registros da guerra no Mediterrâneo antigo sugerem que ela era geralmente levada a cabo com tanta destruição dos recursos naturais do inimigo quanto seria possível com a tecnologia disponível⁷² – com a importante reserva que alguns conquistadores (mas quantos?) poderiam resguardar para a futura produtividade de seus futuros supostos súditos. Uma mudança de governante pode ter um impacto pequeno na vida cotidiana, mas períodos prolongados de guerra poderiam destruir capital fixo, diminuir as trocas e reduzir a produção agrícola – alguns dos principais eventos na história da economia da antiguidade tardia.⁷³

Uma das teses centrais de *The Corrupting Sea* é que a 'conectividade' estava sempre lá em algum grau mesmo quando o mundo mediterrâneo parecia estar muito fragmentado.⁷⁴ Isso é indubitavelmente verdade em certa medida, mas a questão importante deve ser até onde o potencial era concretizado de uma época para outra: essa é a essência de uma explicação histórica das conexões mediterrâneas. Queremos saber como e por que as conexões se fortaleceram no segundo milênio a.C., estreitando aquelas que já existiam no Oriente Médio, e se fortaleceram muito mais a partir do período da expansão e colonização

72 Não há necessidade de se referir aqui à ampla literatura sobre esse tópico. De acordo com W. G. Sebald, 'o princípio interno de qualquer guerra. . . é mirar em uma aniquilação total do inimigo com suas habitações, sua história e seu ambiente natural tanto quanto for possível' (*On the Natural History of Destruction*, trad. [para o inglês] de A. Bell (London and New York, 2003; edição original *Lufkrieg und Literatur*, Munich, 1999), 19). Eu imagino que alguns discordem, mas os advogados e os classicistas seriam mais propensos a discordar do que os historiadores.

73 Veja M. McCormick, *Origins of the European Economy* (Cambridge, 2001), 25-119.

74 CS esp. 160-72.

pelos fenícios e gregos, que começou nos séculos IX e VIII. Essas questões inevitavelmente levam à importância relativa ou não das outras conexões, as não mediterrâneas. Considere, por exemplo, como o uso do bronze é atualmente visto como difundido pela Europa a partir do Oriente Médio: a julgar a partir de um estudo recente feito por C. F. E. Pare (Mapa 2), o Mediterrâneo não era o único vetor ou mesmo crucial.⁷⁵

No período da XX Dinastia (1991-1786 a.C.), embora barcos egípcios pudessem ter alcançado o Egeu, parece não o terem feito; durante a XVIII Dinastia (1575-1308), por outro lado – ou talvez durante o período dos Hicsos no século XVII a.C. –, as duas áreas estavam em contato.⁷⁶ No segundo milênio a.C. a metade ocidental do Mediterrâneo era, em sua maior parte, intocada pelos povos de sua metade oriental até os micênios atingirem o sul da Itália, Sicília e Sardenha – uma história muito familiar atualmente.⁷⁷ Quando a rede de conexões ficou mais forte no período da colonização, isso evidentemente afetou o ambiente mediterrâneo ocidental profundamente, não apenas por meio das vinhas e das oliveiras, mas por meio da intensificação da extração mineral, da urbanização, da engenharia hidráulica, e de outras maneiras também. Como essas conexões vieram a existir e como elas enfraqueceram no final da antiguidade são problemas muito estudados, e que dificilmente serão eliminados pela ideia de que elas *sempre* estiveram potencialmente lá. Foi especialmente desapontador o fato de que *The Corrupting Sea* não abordou realmente a evidência, simplesmente enorme em extensão, para um período prolongado de declínio econômico da antiguidade tardia e início do período medieval, exceto ao dizer que ela é um lugar-comum historiográfico (em parte rastreável até Ibn Khaldun); nem todos os lugares-comuns históricos são falsos,⁷⁸ e muito da evidência é, em qualquer caso, material.

75 Pare, 'Bronze and the Bronze Age', em Pare (ed.), *Metals*.

76 Para as duas primeiras datas, veja D. O'Connor, 'Egypt and Greece: The Bronze Age Evidence', em M. R. Lefkowitz e G. M. Rogers (eds.), *Black Athena Revisited* (Chapel Hill, 1996), 49-61: 54, 55. Para a outra cronologia, veja Cline, *Sailing the Wine-dark Sea*, 5-8.

77 Veja, dentre outros, D. Ridgway, 'The First Western Greeks and their Neighbours, 1935-1985', em J.-P. Descoeudres (ed.), *Greek Colonists and Native Populations* (Canberra and Oxford, 1990), 61-72; K. Kilian, 'Mycenaean Colonization: Norm and Variety', *ibid.* 445-67, O. Dickinson, *The Aegean Bronze Age* (Cambridge, 1994), 249-50.

78 Muito da evidência que um historiador da história econômica citaria para mostrar que as conexões econômicas começaram a declinar entre 200 d.C. e 700 é mencionada por McCormick, *Origins*. Ibn Khaldun: CS 154. Esse é um tópico enorme: minha objeção é que CS não encontrou uma metodologia aceitável para estabelecer as questões verdadeiramente notáveis.

Mas para muitos estudiosos a unidade mediterrânea tem significado muito mais do que tudo isso: ela significa essencialmente ou até exclusivamente uma unidade *cultural*. E aí está uma disputa multilateral que tem perdurado por décadas. Minha preocupação aqui está limitada à história antiga e mais uma vez à questão metodológica de como alguém pode estabelecer a existência de uma unidade cultural no Mediterrâneo antigo. Não é mais suficiente escrever sobre 'a homogeneidade básica da civilização mediterrânea'.⁷⁹ Farei cinco observações (e depois deixarei que a discussão transborde na Seção 6):

- Não há nenhuma utilidade em descobrir que a população do Mediterrâneo antigo compartilhava algumas características sócio-psicológicas, tais como uma intensa devoção à honra (em um sentido ou em outro dessa palavra muito sofrida) ou à castidade feminina (em alguns sentidos ou em outros), *a não ser que* se consiga mostrar plausivelmente que o resto da humanidade tenha se interessado menos por isso. Herzfeld e De Pina-Cabral demonstraram anos atrás que a antiga e preferida honra era uma lente muito opaca através da qual inspecionar o mundo mediterrâneo do século XX.⁸⁰ Isso também pode ser verdadeiro apesar da importância indubitável da honra para muitos gregos e romanos, para a história antiga regional e para a *longue durée*: a questão é familiar, mas ainda precisa ser reexaminada.⁸¹ Dover escreveu de maneira cáustica que, no tocante à honra e à vergonha, 'Encontro muito pouco numa vila mediterrânea que não me seja já familiar em um subúrbio de Londres'.⁸² O que é então honra? É ela propriedade exclusiva de homens honestos? Ela é

79 Brown, *Society*, 168, reconhecidamente com a importante restrição 'profundamente no início da Idade Média' (a passagem é citada com aprovação em CS 33). Brown estava enfatizando outro ponto, a suposta continuidade desde a antiguidade até a Idade Média. O que ele encontrou de mais característico no Mediterrâneo foi a civilização urbana (veja adiante). O profundo desejo que alguns estudiosos sentem de afirmar a unidade cultural do (presente) Mediterrâneo pode ser observada em F. H. Stewart, *Honor* (Chicago and London, 1994), 75, ele que, embora professe não acreditar na unidade mediterrânea, afirma que 'é indubitavelmente verdade que as populações do sul da Europa, e especialmente as populações rurais, lembram em alguns aspectos aquelas do Levante ou do norte da África mais do que os do norte da Europa', e então admite que não consegue dizer em quais aspectos!

80 O que obviamente não é de se negar que a honra *em um sentido particular* poderia ser extremamente importante. As contribuições cruciais aqui são de M. Herzfeld, 'Honour and Shame: Problems in the Comparative Analysis of Moral Systems', *Man* 15 (1980), 339-51, e J. De Pina-Cabral, 'The Mediterranean'. A resposta de D. Gilmore a este último, 'On Mediterraneanist Studies', *Current Anthropology* 31 (1990), 395-6, não é substancial.

81 Para os gregos, veja H. Lloyd Jones, 'Ehre und Schande in der griechischen Kultur', *Antike und Abendland* 33 (1987), 1-28, repr. em inglês em *Greek Comedy, Hellenistic Literature, Greek Religion, and Miscellanea* (Oxford, 1990), 253-80; para Roma, J. E. Lendon, *Empire of Honour: the Art of Government in the Roman World* (Oxford, 1997) (que percebe, p. 32 n. 5, que sua evidência é relativa às pessoas de *status* elevado). Mas nenhum deles apresenta a dimensão comparativa necessária. Retornarei a esse assunto na próxima seção.

82 Resenhando D. Cohen, *Law, Sexuality and Society*, em *Gnomon* 65 (1993), 659. Um argumento similar é mostrado por Stewart, *Honor*, 76-7.

essencialmente relativa à guerra? Ou a códigos sexuais? Seria uma característica principalmente de sociedades que encaram tudo face a face? E por aí vai.⁸³ Como podemos decidir quanta importância ela tem em qualquer sociedade? Obviamente, não sem fazer comparações.

- Um trabalho histórico não pode se referir legitimamente a essa questão de unidade cultural do Mediterrâneo no nível do presente etnográfico, não obstante os autores recentes.⁸⁴ A metodologia empregada é totalmente inadmissível: não podemos extrapolar o Mediterrâneo antigo a partir do Mediterrâneo etnográfico (o Mediterrâneo moderno é ainda um terceiro fenômeno). Todas as sugestões de continuidade cultural entre o Mediterrâneo antigo e o recente devem ser vistas com grande suspeita; *The Corrupting Sea* resume vividamente muitos tipos de rupturas que por todo o seu período (e sempre, deve-se observar) perturbaram a vida rural, desde invasões de colonizadores até as manipulações dos poderosos.⁸⁵ Um dos historiadores mais lúcidos e persuasivos que fizeram uso da antropologia mediterrânea recentemente foi David Cohen. O ponto crucial em sua argumentação teórica é o estratagema da *faute-de-mieux* (ninguém encontrou um modelo melhor do que o Mediterrâneo etnográfico)⁸⁶ - o que se aproxima da circularidade. O que precisamos é do que Cohen na verdade tenta fornecer em seu trabalho posterior, uma

83 Para a enorme multiplicidade de significados, cf., além dos trabalhos já citados na n. 79, Davis, *People of the Mediterranean*, 77 ('ela é derivada da *performance* de certos papéis, geralmente aqueles domésticos'), 89-101 (apoiando uma visão materialista); D. D. Gilmore, 'Introduction: The Shame of Dishonor', em D. D. Gilmore (ed.), *Honor and Shame and the Unity of the Mediterranean* (Washington, 1987), 2-21: 3-4 (o que é distintivo sobre a variante mediterrânea da honra é 'sua relação com a sexualidade e as distinções de gênero', e o suposto fato de que 'no mundo mediterrâneo as mulheres são geralmente não produtivas materialmente' (!)); P. Sant Cassia, 'Authors in Search of a Character: Personhood, Agency and Identity in the Mediterranean', *Journal of Mediterranean Studies* 1 (1991), 1-17: 8 (antropólogos se referem a um tipo de 'individualismo afetado, de amor próprio, e uma preocupação com a reputação'); Stewart, *Honor*, esp. 29-47 (acima de tudo, honra é um direito, p. 29).

84 CS 522-3. Eles concluem que 'honra e vergonha são mesmo valores mantidos profundamente por toda a região' (p. 523), sem esclarecer os termos ou o tempo verbal. Uma falta de atenção similar ao tempo verbal pode ser vista em Sant Cassia, 'Authors', 7 ('o contato cultural era significativo' (ainda é, tem sido?)); Shaw, 451-2.

85 CS 275-7. A crença dos autores na 'mutabilidade' foi referida anteriormente. Sua prática, entretanto, beira a inconsistência: com frequência eles 'se voltam para o passado recente para iluminar os períodos remotos' (CS 465, com referências cruzadas). Eles arrogam terem usado a antropologia mediterrânea 'seletivamente' (ibid.), e podem ao menos levar os créditos por terem dedicado dois longos capítulos para discutir o assunto (XI e XII).

86 *Law, Sexuality, and Society in Classical Athens* (Cambridge, 1991), 38-41. Deve ser dito de uma vez que Cohen estava interessado em um conjunto específico de problemas históricos que ele, em minha visão, conseguiu iluminar de maneira brilhante. Ele também assegura que seu modelo é imune às objeções Herzfeldianas porque é baseado em muitas sociedades mediterrâneas diferentes; mas isso é simplesmente um avanço técnico. Posteriormente, Cohen parece ter modificado sua abordagem (abaixo, p. 36).

etnografia muito mais abrangente que pode ser aplicada a problemas históricos específicos (veja adiante, Seção 6).

- Se vamos nos engajar na história comparativa do Mediterrâneo ou de outras culturas, deveríamos prestar mais atenção às dificuldades de tradução e às nuances linguísticas relativas à honra, dentre outros assuntos.⁸⁷ Problemas de tradução podem ser fundamentais.⁸⁸ Uma etnografia da honra mediterrânea que falhe em analisar o vocabulário do assunto em árabe seria de pouco valor.⁸⁹ O vocabulário da honra no grego helenístico e sob o Império Romano ainda precisa de atenção, as palavras latinas ainda mais;⁹⁰ e, mais uma vez, não tornemos o Mediterrâneo muito greco-romano.
- Podemos dizer legitimamente que a cultura mediterrânea antiga era urbana? Isso tem sido amplamente assumido, e a doutrina tem sido a fundamentação de programas inteiros de pesquisa.⁹¹ Horden e Purcell contestaram essa noção e apresentaram uma maneira alternativa interessante de se olhar para os padrões de assentamento mediterrâneo. Mas sua doutrina parece ter caído em bases um tanto pedregosas,⁹² e voltaremos a reconsiderar o assunto (embora de modo bastante breve) na seção seguinte.
- Nada semelhante a uma unidade cultural em termos mais gerais chegou a alcançar as áreas costeiras do Mediterrâneo antigo antes das conquistas romanas, o que é óbvio, mas permanece como uma questão central e aberta da história romana o quanto as populações desses territórios, e não apenas suas elites, compartilhavam formas sociais, tecnologia de produção, línguas, formas artísticas, práticas religiosas e crenças, e muitas outras características culturais. Horden e Purcell afirmaram que uma tal unidade cultural existente

87 Cf. J. A. Pitt-Rivers, 'Honour', *Proceedings of the British Academy* 94 (1997), 229-51.

88 Como em um estudo cultural comparativo das emoções: W. V. Harris, *Restraining Rage: the Ideology of Anger Control in Classical Antiquity* (Cambridge, Mass., 2002), 34-6.

89 Sobre *sharaf* e outros conceitos em uma população particular (e típica), veja ainda A. Abou-Zeid, 'Honour and Shame among the Bedouins of Egypt', em J. G. Peristiany (ed.), *Honour and Shame: The Values of a Mediterranean Society* (London, 1966), 243-59.

90 Lendon, *Empire*, 272-9, junta algum material, mas sua análise do vocabulário latino é um modelo de como tais coisas não deveriam ser feitas: ele subjugua um número de conceitos diferentes à camisa de força do inglês.

91 O Copenhagen Polis Centre, fundado por M. H. Hansen. Sua publicação tem sido vasta.

92 Shaw, 444-6; E. e J. Fentress, resenha de *CS*, *Past and Present* 173 (2001), 203-19: 211-13; H. Driessen, resenha de *CS*, *American Anthropologist* 103 (2001), 528-31: 530.

perdurou até a Idade Média;⁹³ seja como for, o estudo da unidade cultural tem de ser o estudo de sua formação e desintegração.

4. 'Ruralizando' a História Antiga

O aspecto mais original de *The Corrupting Sea* talvez seja sua tentativa de 'ruralizar' a história antiga e medieval (as aspas são dos autores). A categoria inteira de centro urbano (*town*) ou cidade (*city*) diminui em significância. Esses termos não são totalmente eliminados da existência, mas isso também não representa uma simples mudança de ênfase.⁹⁴ Centros urbanos, na visão de Horden e Purcell, são simplesmente microrregiões em menor (ou maior) escala, e não havia uma 'variável urbana' que tornava a vida na cidade 'qualitativamente... diferente daquela em outros assentamentos'.⁹⁵ Agora percebemos por que Rostovtzeff, Pirenne, Goitein e Braudel foram escolhidos no início do livro como os quatro historiadores a serem enfraquecidos. Essa linha de raciocínio parece um pouco estranha para o ano 2000, já que não se pode dizer que algum deles, nem mesmo Braudel, represente o que os estudiosos pensam atualmente da história do Mediterrâneo antigo e medieval – um assunto que tem passado inevitavelmente a outras mãos;⁹⁶ mas, como historiadores, eles são todos amantes de cidades.

Aqui Horden e Purcell estão quase diametralmente em desacordo com a linha dominante na antropologia, e sua abordagem parece *retardataire*, já que ela ecoa o que De Pina-Cabral tem chamado 'a ênfase ruralista da antropologia social'⁹⁷ característica da década de 1950 – e ainda detectável na década de 1990.⁹⁸ Enquanto isso, a antropologia do consumo e uma variedade de outros interesses têm conduzido os antropólogos cada vez mais à cidade.

93 Ainda em CS essa doutrina é estabelecida com tantas reservas que alguém poderia ficar confuso em relação a onde os autores estão em última instância.

94 CS 92.

95 CS 96. Mas eles defendem que 'o Mediterrâneo é a região que foi urbanizada por mais tempo e mais densamente na história do mundo... As grandes cidades... têm sido o lugar principal... em que a sorte da população é determinada' (CS 90). As cidades conduzem os autores a uma manifestação sem constrangimentos de audácia verbal: *incastellamento*, adensamento, tentacular.

96 CS 91 diz que esses quatro 'dominam o pensamento moderno sobre o Mediterrâneo'. É o tempo verbal que está errado.

97 De Pina-Cabral, 'The Mediterranean', 405.

98 Veja, por exemplo, Sant Cassia, 'Authors in Search', 10.

No final, eu acredito que essa 'ruralização' é equivocada, mas ela tem uma atração imediata. Acredita-se que a maior parte dos povos antigos e medievais vivia no campo. A proporção, claro, é desconhecida e estimativas dependerão em parte da definição de termos como 'cidade' e 'vilarejo'. Hopkins sugere que a população urbana das províncias do Mediterrâneo durante o Império Romano pode ter atingido até 10 ou 20 por cento do total.⁹⁹ Horden e Purcell conjecturam, para o Mediterrâneo pré-industrial, uma população urbana de '3, 5, 10 por cento: um quadro dessa ordem'.¹⁰⁰ Não faria sentido, obviamente, aplicar um quadro único à Idade do Bronze e ao ápice do Império Romano, e o mais alto de seus quadros é presumivelmente o que eles supõem para o mundo Romano.

Há de fato um problema ofuscante e fascinante aqui. Muitos estudiosos podem ser inclinados a supor que a arqueologia de prospecção tem demonstrado a verdade em relação à hipótese de Horden e Purcell. 'Tradicionalmente', um autor observa, 'a maior parte da população rural do Mediterrâneo tem vivido em vilarejos ou cidades nucleares, longe da maioria de seus campos' – mas sua crença é que a arqueologia de prospecção tem mostrado que na antiguidade clássica uma parte maior da população vivia em fazendas distantes umas das outras.¹⁰¹ Há certamente argumentos para supor que em algumas áreas do Império Romano, pelo menos, a população era muito dispersa.¹⁰² Ainda assim, o padrão tradicional, de acordo com o qual a grande maioria, ao menos em algumas partes da região mediterrânea, habitava em grandes vilarejos ou pequenas cidades, geralmente pode ser encontrado com frequência na antiguidade também. Aqui está um estudioso com um conhecimento inigualável do interior da Grécia antiga: 'durante a maior parte dos períodos da antiguidade, os gregos preferiram viver em tais assentamentos nucleares, mesmo quando

99 K. Hopkins, 'Rome, Taxes, Rent and Trade', *Kodai* 6/7 (1995/6), 41-75: 46.

100 CS 92.

101 P. Halstead, 'Traditional and Ancient Rural Economy in the Mediterranean: Plus ça change?', *Journal of Hellenic Studies* 107 (1987), 77-87: 82-3 ('padrão de assentamento relativamente esparso'), com bastante bibliografia.

102 W. V. Harris, *Ancient Literacy* (Cambridge, Mass., 1989), 192.

eles dependiam fundamentalmente da agricultura'.¹⁰³ O problema todo – muito complexo para ser aprofundado aqui – precisa ser reconsiderado numa tela o mais ampla possível.¹⁰⁴

Mesmo assim, essa 'ruralização' tem um apelo visceral, ao menos como um experimento e como uma mudança de perspectiva. Não que a abordagem seja totalmente nova, e não tem havido nenhuma grande escassez, durante a última geração, de estudos do campo grego e romano e seus habitantes.¹⁰⁵ 'Ruralização', entretanto, poderia ter o efeito valioso de concentrar atenção extra em qualquer número de problemas históricos interessantes. A história da religião grega e romana, por exemplo, quase sempre tem um foco excessivamente urbano, e *The Corrupting Sea* faz bem em contrabalançar essa tendência em seu capítulo sobre a geografia da religião. Há muitas outras questões para explorar, desde formas caracteristicamente rurais de disputa e cooperação até a metalurgia rural.¹⁰⁶

Uma cidade, dizem Horden e Purcell, contradizendo implicitamente a experiência de muitos historiadores da antiguidade, não é 'particularmente uma categoria que ajuda muito'. Eles acrescentam, ainda mais provocativos, que 'não há uma qualidade específica de espaço urbano que automaticamente dê cor à crença e à ação em seu interior... uma cidade é um endereço, uma arena, uma aglomeração arquitetônica'.¹⁰⁷ A história urbana tem seu lugar, com o que eles concordam com bastante relutância, e há 'escopo para uma história da região que começa a partir de seu campo e, por assim dizer, olha para a cidade';¹⁰⁸ mas eles

103 M. H. Jameson, 'Private Space and the Greek City', em O. Murray e S. Price (eds.), *The Greek City from Homer to Alexander* (Oxford, 1990), 171-5: 173. Ele diz que 'em certos períodos bem limitados (especialmente os cem anos após 375 a.C....) havia também estruturas substanciais espalhadas pelo interior; estas últimas não são acompanhadas pela diminuição da população em assentamentos nucleares, mas eram ocupadas inteiramente ou parcialmente pelas mesmas pessoas que mantinham casas nas cidades ou vilarejos.'

104 Veja também A. Snodgrass, 'Survey Archaeology and the Rural Landscape of the Greek City', em Murray e Price (eds.), 113-36: 125-28; S. E. Alcock, J. F. Cherry e J. L. Davis, 'Intensive Survey, Agricultural Practice and the Classical Landscape of Greece', em I. Morris (ed.), *Classical Greece: Ancient Histories and Modern Archaeologies* (Cambridge, 1994), 137-70: 147-8.

105 Especialmente dignos de nota: R. Osborne, *Classical Landscape with Figures* (London, 1987); C. R. Whittaker (ed.), *Pastoral Economies in Classical Antiquity* (Cambridge, 1988) (*Proceedings of the Cambridge Philological Society*, Supp. 14); Barker e Lloyd (eds.), *Roman Landscapes*.

106 Há naturalmente uma bibliografia existente de bom tamanho sobre ambos os temas. Para alguns comentários, veja respectivamente CS 283-84 e 184.

107 Ambas citações: CS 90. A palavra 'automaticamente' coloca uma falsa questão. Na minha visão, os autores se permitiram ser conscientemente influenciados por R. J. Holton, *Cities, Capitalism and Civilization* (London, 1986), que tinha um objetivo específico em mente quando ele reduziu o papel histórico da cidade. Aos muitos estudos que mantêm a importância da cidade, pode agora ser acrescido o de J. W. H. G. Liebeschuetz, *The Decline and Fall of the Roman City* (Oxford, 2001).

108 CS 91. Eles estão dispostos a falar em 'assentamentos', entretanto (108-12).

têm deixado seus leitores com uma forte impressão de que as cidades são estranhas à sua narrativa. Os argumentos em favor dessa posição são pouco convincentes.¹⁰⁹ Eu ainda prefiro o Braudel de *Civilization and Capitalism*: 'cidades são como transformadores elétricos'.¹¹⁰

Talvez concordemos que a história antiga costumava ser bastante urbana na aparência, mas o que não é necessário agora é paradoxo e exagero, mas uma abordagem equilibrada que reconheça o elemento crucial que as cidades representavam – mesmo no Mediterrâneo da Idade do Bronze e certamente posterior. Iniciadas no Oriente Médio antigo, e até mais enfaticamente a partir do século VIII a.C. em diante, cidades de vários níveis condicionavam a vida econômica do vasto número de povos mediterrâneos, e ajudavam a determinar o curso de toda a história da cultura antiga. Descrever e definir a relação entre cidade e campo é uma atividade sem fim, e novamente a história varia de período para período, mas o ponto central é bastante óbvio para permitir muita repetição. Mesmo da perspectiva ambiental mais estreita, a cidade era de importância central. Alguém acha que os fenícios ou os gregos teriam sido capazes de colonizar o Mediterrâneo se eles não possuísssem assentamentos urbanos? Leveau mostrou há muito tempo como, no Império Romano do ocidente, a localização e natureza das cidades afetavam profundamente os padrões de assentamento rural, da Argélia à Grã-Bretanha.¹¹¹ Mesmo se, por alguma razão obscura, o complexo termo 'romanização' devesse ser rejeitado pelos historiadores informados, permaneceria o fato de que a difusão do poder romano realmente significou uma medida de urbanização,¹¹² e de um tipo específico, com consequências ambientais e também de outras naturezas.

109 Há pouco sentido em afirmar que estudiosos não concordam muito sobre como 'centro urbano' e 'cidade' devem ser definidos (CS 92-6; veja Fentress e Fentress, 212) – por esse caminho se poderia argumentar que tais categorias são inúteis na história moderna também. Merecemos, em vez disso, uma análise cuidadosa do que de fato diferenciava os assentamentos antigos, levando em consideração todo aquele valioso trabalho francês sobre 'agglomérations secondaires'. Pergunta-se se Horden e Purcell gostariam de banir a cidade da história da Ásia pré-moderna também (sobre os aspectos ambientais da urbanização na região do Oceano Índico antes de 1750, ver K. Chaudhuri, *Asia before Europe* (Cambridge, 1990), 368-74).

110 As palavras de abertura do cap. 8 de *The Structures of Everyday Life*.

111 P. Leveau, 'La Ville antique et l'organisation de l'espace rurale: villa, ville, village', *Annales ESC* 38 (1983), 920-42: 924.

112 Cf. S. Keay e N. Terrenato (eds.), *Italy and the West: Comparative Issues in Romanization* (Oxford, 2001).

Foi nas cidades que os trabalhadores especializados de quase todos os tipos vieram a existir, era nas cidades que a riqueza era acumulada, era nas cidades que as decisões sobre guerra e paz eram tomadas (o mundo mediterrâneo de Horden e Purcell é muito pacífico). E para as diferenças qualitativas, foi na cidade que a maior parte do letramento era proporcionada, era principalmente na cidade que os romanos se beneficiavam de aquedutos, era na cidade que, se fossem muito pobres, procurariam trabalho casual. E por aí vai. E também há as grandes cidades, Roma, Alexandria, e uma ou duas outras. Não era sua população que importava mais, mas seu poder de consumo e o enorme número de trabalhadores, agrícolas ou de outros tipos, que acabava por mantê-las.

5. *Categorias, Processos Dinâmicos, Causa e Recusa de Conclusões*

The Corrupting Sea tem outros grandes pontos de interesse além da 'ruralização'. Todo leitor acadêmico tem apreciado sua erudição teórica e empírica, que abrange várias disciplinas tradicionalmente separadas. Também é renovador ler um livro sobre história antiga no qual os lugares físicos e a humanidade agem um sobre o outro. Outro grande ponto forte reside na atenção do livro às diferenças locais de topografia, meio ambiente e prática econômica. Um exemplo excelente, um modelo disso até certo ponto, é o estudo da Cirenaica,¹¹³ revelando as grandes diferenças ambientais dentro dessa microrregião (não tão micro: o platô tem uns 400 quilômetros de extensão); embora geralmente se reconheça que ela representa um ambiente *excepcionalmente* variado. A conclusão é que 'fragmentação topográfica' e 'a conectividade fornecida pelo próprio mar' são 'os dois ingredientes ambientais-chave' na história do Mediterrâneo.¹¹⁴ Isso parece ao mesmo tempo familiar e arbitrário – e quanto à esparsa incidência de recursos cruciais, minérios em particular, e quanto à capacidade de certas áreas produzirem considerável excedente de grãos?

O propósito de *The Corrupting Sea*, dizem os autores, é descobrir até onde a região mostra, durante três milênios, unidade e distinção, e em segundo lugar 'que tipos de continuidade poderiam estar envolvidos'.¹¹⁵ Essa distinção, em sua visão, consiste principalmente no risco e na resposta ao risco,¹¹⁶ uma conclusão sobre a qual já

113 CS 65-74.

114 CS 101.

115 CS 9.

116 CS 287 etc.

comentamos brevemente na Seção 3. A continuidade, eles argumentam, é fornecida por um meio ambiente que, apesar de todas as vicissitudes, nunca experimentou 'catástrofe'.¹¹⁷

Esse é um tipo estranho de conclusão. O que se considera uma catástrofe? Presumivelmente nada que seja miséria cotidiana ou eventos climáticos cotidianos será assim classificado. Parece haver bastante evidência para períodos de fome microrregional em eras da antiguidade mais bem documentadas.¹¹⁸ E se queremos catástrofes maiores, os candidatos são muito poucos – a erupção de Tera, o fim dos micênios (talvez um evento essencialmente militar), as epidemias que perturbaram o Império Romano nos séculos II e V d.C., o desmatamento. Quanto às epidemias, Duncan-Jones e outros têm reafirmado a importância demográfica da epidemia de varíola que começou sob Marco Aurélio,¹¹⁹ e há argumentos fortes para considerá-la um evento catastrófico. No caso do desmatamento, Horden e Purcell, apesar de admitir que havia periodicamente grandes derrubadas de árvore, escolheram apoiar o caso 'otimista' repetidamente afirmado por O. Rackham.¹²⁰ Mas o leitor familiarizado com, dentre outras coisas, a notável evidência da Groenlândia sobre o nível de fusão de cobre no Mediterrâneo romano, ou com o vasto consumo de madeira durante o Império Romano – não pequeno para aquecer os banhos – requer uma apresentação mais completa e equilibrada da evidência para ser convencido.¹²¹ A noção de

117 CS 338-41.

118 Garnsey, *Famine and Food Supply*.

119 R. P. Duncan-Jones, 'The Impact of the Antonine Plague', *JRA* 9 (1996), 108-36; W. Scheidel, 'Progress and Problems in Roman Demography', em W. Scheidel (ed.), *Debating Roman Demography* (Leiden, 2001) (*Mnemosyne*, Suppl. 211) 1-81: 74-5 etc. Para algumas dúvidas, que não me parecem muito substanciais, veja os artigos de J. Greenberg e C. Brunn em *JRA* 16 (2003), 413-34.

120 CS 182-6, 338 (há um tom panglossiano nessas passagens). Os autores estão preparados para admitir que havia 'menos florestas densas... no século XIX do que havia na Idade do Bronze' (p. 339), mas o que tenho em mente é uma diferença entre (digamos) o século V a.C. e o século I d.C. Para a visão de O. Rackham, que infelizmente não é possível ser totalmente discutida aqui, veja 'Ecology and Pseudo-ecology'. É interessante perceber qual papel a escassez de madeira tem em uma história comparativa recente (muito debatida) das economias do século XVIII no noroeste da Europa e na China (K. Pomeranz, *The Great Divergence: Europe, China, and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000), 219-42).

121 Groenlândia: S. Hong, J.-P. Candelone, C. C. Patterson e C. F. Boutron, 'History of Ancient Copper Smelting Pollution during Roman and Medieval Times Recorded in Greenland Ice', *Science* 272 (1996), 246-9 etc. Sobre o consumo de madeira sob o Império Romano, CS 185 adota uma estimativa de H. N. Le Houérou ('Impact of man and his Animals on Mediterranean Vegetation', em F. di Castri, D. W. Goodall e R. L. Specht (eds.), *Mediterranean-type Shrublands* (Amsterdam and Oxford, 1981), 479-521: 514) para o consumo de 50 milhões de pessoas em 1980 vivendo em países mediterrâneos em desenvolvimento – 27 milhões de toneladas por ano; mas mesmo essa estimativa é bem provável que seja muito baixa, por razões (climáticas dentre outras) que não podem entrar aqui.

que o Império Romano como um todo administrava seus recursos de madeira racionalmente não é realista.

A principal escolha analítica de Horden e Purcell é dissolver ou dispensar um número de categorias raramente questionadas. Eles afirmam que seu argumento é direcionado contra tipologias,¹²² mas o ataque vai muito além disso. Nunca é sem motivo, mas raramente, se alguma vez, ele procede (assim me parece). Cidades já consideramos. De modo ainda mais fundamental, os autores desejam ignorar períodos, e em especial qualquer divisão entre antigo e medieval. Linhas de 'conectividade' nunca foram realmente interrompidas, dizem eles. Em vez disso, eles falam de 'um grande emaranhado de reduções de intensidade'.¹²³ Atualmente, nenhum historiador duvida de que grandes mudanças de período são assuntos complexos – daí todos aqueles intermináveis debates, mais queridos pelos acadêmicos da Europa continental do que pelos anglo-saxões, sobre continuidade e descontinuidade. Mas o mundo mediterrâneo passou por vastas mudanças econômicas e sociais bem como políticas e religiosas no final da antiguidade. O que parece ser a seção-chave de *The Corrupting Sea* simplesmente não encara a evidência das grandes mudanças, muito menos as explica.¹²⁴

É talvez menos claro ainda o que *The Corrupting Sea* quer fazer da distinção entre iniciativa privada e o estado: os autores simplesmente dizem querer 'evitá-la'.¹²⁵ Isso é de se lamentar, pois por toda a região, através de muito de sua história, mas não toda, há problemas históricos não resolvidos sobre o papel do estado em todos os tipos de assuntos que Horden e Purcell consideram parte de seu objeto, como conectividade econômica e gerenciamento da água. Afirmar que o papel do Estado sempre foi trivial diante de tais fenômenos como o gerenciamento estatal dos, ou pelo menos o envolvimento do Estado

122 CS 101.

123 CS 154-5.

124 CS 263-70. Mas consulte Fentress e Fentress, resenha, *Past and Present*, 214-17: 215: 'o fato de não conseguirmos apontar um momento em que a mudança tem lugar não prova que ela nunca aconteceu... Entre o século III e o final do VII muitas terras romanas desapareceram para sempre [seguem detalhes].' Compare a visão geral da cidade do final da antiguidade e início do período medieval em G. P. Brogiolo e B. Ward-Perkins (eds.), *The Idea and Ideal of the Town between Late Antiquity and the Early Middle Ages* (Leiden, 1999), p. xv-xvi: não houve uma mera transformação, 'as mudanças que ocorreram na vida urbana geralmente parecem mais com a dissolução de uma experiência sofisticada e impressionante de como ordenar a sociedade...'

125 CS 338. Para a 'ligação sistêmica entre estado e iniciativa privada' no mundo mediterrâneo antigo, veja Shaw, resenha (n. 28), 441-2 (*publicani* romanos republicanos etc.), e cf. Van De Mierop, em *Rethinking the Mediterranean*, p. 136.

com, grandes rios (o Nilo acima de todos, mas não somente), a criação sob o Império Romano de um grande número de aquedutos verdadeiramente extraordinários¹²⁶ e uma rede igualmente extraordinária de estradas públicas, e a mais ou menos constante ansiedade dos governos em relação ao suprimento de grãos, seria distanciar-se um bocado da evidência.¹²⁷

De modo mais geral, todas as formas de poder, poder do estado ou poder individual sobre outros indivíduos, tendem a ser eliminados desse estudo. Nem império nem classe social recebem muita atenção. Quando o poder do estado é retomado,¹²⁸ é só por um momento. É condizente com isso que nossos autores pareçam ter uma visão um tanto otimista da natureza humana: eles usam tais expressões como 'modo de gerenciamento racional e responsável' e 'nichos, explorados com tenacidade e ingenuidade desde tempos imemoriáveis'. Os mais adaptados, aqueles que sobrevivem, são aqueles que 'revisam... seus portfólios com frequência', uma metáfora surpreendente.¹²⁹

A forte tendência de Horden e Purcell para rejeitar categorias parece ser parte de uma relutância geral em tirar conclusões históricas,¹³⁰ ou em dar forma à mudança histórica. Seu propósito declarado é produzir um estudo mais dinâmico,¹³¹ mas o efeito é produzir um estudo tão atomizado que as grandes mudanças envolvendo o homem e o meio ambiente que ocorreram nesse período de 3 mil anos, ou 2 mil, parece carecer de toda explicação. Os humanos continuaram sendo tenazes e engenhosos (ou não, que pode ser o caso), o que não explica nada. Ainda assim, os autores veem claramente que o estudo 'minimalista estático' do mundo econômico da antiguidade greco-romana é agora quase definitivamente indefensável.¹³²

126 É impossível resistir e não mencionar o caso extremo, o aqueduto da Apamea romana, que tinha quase 150 quilômetros de extensão: J.-C. Balty, 'Problèmes de l'eau à Apamée de Syrie', em P. Louis, F. Métral e J. Métral (eds.), *L'Homme et l'eau en Méditerranée et du Proche Orient* (Paris et Lyon, 1987), iv. 11-23: 16-21. Posteriormente, uma encantadora história árabe sobre uma bela princesa foi necessária para explicá-lo.

127 Sobre o estado e a economia romanos cf. W. V. Harris, 'Roman Governments and Commerce, 300 BC-AD 300', em C. Zaccagnini (ed.), *Mercanti i politica nel mondo antico* (Bari e Roma, 2003), 279-309.

128 CS 86, 87, por exemplo.

129 CS 221, 75, 58.

130 De acordo com CS 74, não se pode generalizar apropriadamente sobre a prosperidade ou desolamento das regiões. Ou (mais plausivelmente) não se pode generalizar sobre as economias ou sociedades das regiões montanhosas (p. 80-1). Mas, claro, pode-se fazer ambos, se se conseguir espaço necessário para as exceções e nem há muitas delas (se Braudel estava certo sobre as regiões montanhosas ou não, *MMW*, i. 25-53, não precisamos tomar uma decisão, mas Horden e Purcell simplificam a análise de Braudel).

131 CS 464.

132 CS 146-7.

6. *Mediterranismo e História Antiga: em Favor de uma Etnografia mais Ampla*

O mediterraneanismo foi definido anteriormente como a doutrina que apresenta as características distintivas que as culturas do Mediterrâneo têm, ou tiveram, em comum – da qual se pensa ser possível extrapolar a importância das práticas sociais e seus significados de uma sociedade mediterrânea para outra. Pode-se considerar otimista esperar muito de uma teoria tão obviamente relacionada a um desejo quase orientalista de afirmar uma superioridade cultural (*eles* têm um familismo amoroso) tanto quanto a uma nostalgia turística. Mas vou tentar pesar isso na balança.

Primeiramente, devemos notar o fato de que o mediterraneanismo é atualmente pouco mais do que um reflexo. O Mediterrâneo parece de algum modo peculiarmente vulnerável ao mal uso. 'Uma profunda familiaridade com as imagens oníricas de seus companheiros mediterrâneos assegurou Artemidoro acerca da veracidade icônica desses deuses como sonhos' é simplesmente uma prosa frouxa.¹³³ Outro autor pega expressões da descrição de Friedl do povo de Vasilika e as transfere para 'os romanos'.¹³⁴ Mas não deveria ser especialmente difícil se proteger contra esse tipo de coisa.

As alternativas ao mediterraneanismo são duas atualmente. Uma é ignorar totalmente a história comparativa, e é essa opção que muitos historiadores da antiguidade escolheram para sua prática ano após ano. A outra escolha é buscar comparações mais amplas e uma etnografia menos restrita. Os autores de *The Corrupting Sea* afirmam que seu livro é 'tão comparativo quanto o antimediterraneanismo recomenda'. Mas ao mesmo tempo eles sustentam não apenas que a vida nessa região era, na antiguidade, particularmente uma questão de administrar o risco (um assunto discutido anteriormente), mas que 'honra e vergonha são por certo valores profundamente mantidos por toda a região'; isso, eles dizem, é garantido pelo fato de que algumas evidências vêm de 'estudiosos nativos'.¹³⁵ Se essa fosse simplesmente uma afirmação sobre a validade de certas conclusões etnográficas, ela seria colocada de lado aqui, já que a minha preocupação é a história antiga, mas a

133 P. C. Miller, *Dreams in Late Antiquity* (Princeton, 1994), 29. Artemidoro de Daldis afirmou ter ouvido um imenso número de sonhos na Grécia, Ásia, Itália 'e nas maiores e mais populosas das ilhas' (*Oneir.* I, proemium, p. 2 na edição de Pack).

134 C. Barton, *Roman Honor* (Berkeley and Los Angeles, 2001), 271.

135 Essas citações: CS 523.

implicação parece clara de que o filme pode ser rebobinado (*à la* Bloch), ou ao menos que a unidade mediterrânea em um período a torna mais plausível em outro.¹³⁶

O ponto aqui não é se os 'estudiosos nativos' estão certos quando detectam honra e vergonha como valores profundamente mantidos em certas regiões: eles são afinal estudiosos, e portanto tão vulneráveis aos *topoi* acadêmicos quanto qualquer outro. O fato é que ainda não temos motivo para pensar que honra é uma preocupação *distintivamente* mediterrânea. Dada a atitude superficial da maioria dos mediterrânicos em relação ao mundo árabe, dificilmente estamos em posição de definir a honra mediterrânea, que dirá proclamá-la diferente da honra que se pode encontrar na Irlanda, na Islândia ou na Indonésia. E ainda temos menos razão ao impor essas características hipoteticamente particulares do mundo mediterrâneo moderno ao mundo mediterrâneo antigo.

Mas vamos nos voltar para alguns problemas históricos em particular, a fim de ilustrar o argumento principal dessa seção final. Nos últimos anos tem havido um debate animado em relação às noções atenienses de vingança, e há ainda mais a se aprender, sem qualquer dúvida, tanto sobre as atitudes gregas quanto as romanas e o que pode ser subjacente a elas. No curso desse debate, comparações mediterrâneas têm levantado algumas questões interessantes – mas é a *diferença* que tem sido mais intrigante: enquanto a *vendeta* (no sentido inglês e francês, ou seja, uma longa série de assassinatos e contra-assassinatos) é uma característica de certas regiões como Sicília e Córsega (isto é, como o foram no tempo etnográfico), ela é indiscutivelmente um fenômeno raro na antiguidade greco-romana. A *Oresteia* foi uma história particularmente horrível.¹³⁷ Entretanto, o fato é que, se se deseja estudar como qualquer sociedade lida com o desejo humano aparentemente inato de infligir vingança, um assunto que se força para o interior da consciência de todas as comunidades em todos os lugares, não há a menor vantagem em se limitar ao Mediterrâneo.

136 Os autores dizem (p. 523 novamente) que sua preocupação aqui é 'principalmente a investigação histórica da unidade mediterrânea'.

137 D. Cohen, *Law, Violence and Community in Classical Athens* (Cambridge, 1995), 16-21, faz uso de evidência comparativa para iluminar o significado da trilogia sobre o tema da disputa (cf. Harris, *Restraining Rage*, 161-2). Nesse livro, Cohen na verdade se distanciou do modelo pesadamente mediterrânico que ele tinha empregado em *Law, Sexuality, and Society*. Parte do material que ele evoca é de relevância marginal, mas isso não invalida o método (que não é representado de modo preciso na resenha de G. Herman, *Gnomon* 70 (1998), 605-15: 606). O artigo de M. Van de Mieroop, 'Revenge, Assyrian Style', em *Past and Present* 179 (2003), 3-23, levanta outras questões que não podem ser exploradas aqui.

Ou considere novamente a questão de quanto da população grega ou romana vivia no campo (anteriormente, p. 25), que muitos estudiosos provavelmente consideram uma questão em aberto, dentro de certos limites amplos. A evidência comparativa mediterrânea do início dos tempos modernos é instrutiva, mas não é definitiva. Uma etnografia mais ampla certamente ajudaria: precisamos saber sobre mais casos em que as populações agrícolas pré-modernas viviam na cidade, mais sobre quais ocupações além das agrícolas e de pastoreio mantinham as populações pré-modernas quase o tempo todo no campo, mais sobre quanto da criminalidade rural (ou urbana) passava do limite suportável. Quanto mais amplo o nosso ângulo de visão, melhor.

O que é necessário no estudo do mundo antigo é uma estrutura ampla de referência que aceite similaridades estruturais de qualquer lugar que seja e ao mesmo tempo respeite as grandes divisões como o aparecimento da agricultura e da industrialização. Eu não me refiro essencialmente às outras áreas do mundo antigo distantes do Mediterrâneo – norte da Europa, sul da Rússia, Mesopotâmia, Núbia –, embora dificilmente terá escapado à atenção de alguém que muitas das questões estabelecidas anteriormente na Seção 2 *não* são, na verdade, exclusivamente questões mediterrâneas em absoluto. É todo o resto do mundo que eu tenho em mente. Essa etnografia de extensão mundial – que é cheia de riscos, claro – é uma tradição antiga, que é fácil de traçar, passando por E. R. Dodds, até Frazier e Tylor e também até 'uma convicção enraizada de que a natureza humana [é] fundamentalmente uniforme'.¹³⁸ Nenhuma convicção desse tipo é necessária, entretanto. Alguns padrões limitados de causa e efeito podem às vezes ser suficientes para trazer um progresso real¹³⁹.

As visões de alguém sobre o comparativismo histórico são certamente coloridas pela suas próprias experiências acadêmicas. Narrarei apenas um caso, sem sugerir que ele deva ser tomado como típico, mas ao mesmo tempo na convicção de que é metodologicamente instrutivo. Por gerações, certo tipo de classicista gostava de insistir que a massa da população nos mundos grego e romano era capaz de ler e escrever. Não havia nada de surpreendente nisso: a evidência literária era limitada em extensão e não era

138 M. Herzfeld, *Anthropology through the Looking-Glass* (Cambridge, 1987), 71-2.

139 Eu considero que o *método* comparativo histórico serve principalmente ao propósito de validar ou invalidar modelos históricos. Mas a comparação histórica pode servir a muitos outros propósitos (cf. dentre outros W. H. Sewell, 'Marc Bloch and the Logic of Comparative History', *History and Theory* 6 (1967), 208-18; 215-16; M. Herzfeld, 'Performing Comparisons: Ethnography, Globe-trotting, and the Spaces of Social knowledge', *Journal of Anthropological Research* 57 (2001), 259-76).

extremamente clara (embora fosse clara o suficiente para que alguns estudiosos conseguissem compreender a questão corretamente).¹⁴⁰ Muitos historiadores da antiguidade eram impedidos de chegar a uma conclusão razoável em função de sua obsessão com a escrita da história a partir de cima. A evidência papirológica, um conjunto material complicado embora não especialmente misterioso, foi trazido à baila de um modo útil – por H. C. Youtie – somente a partir de 1966 em diante,¹⁴¹ o que foi em parte culpa dos historiadores da antiguidade que eram muito inclinados a considerar a evidência egípcia irrelevante para as questões principais da história grega e romana. Não havia, em suma, um modelo confiável da história do letramento no mundo greco-romano: devíamos acreditar que havia um letramento em massa ou majoritário mesmo que ninguém pudesse produzir evidência adequada para um sistema de educação popular, ou explicar as funções que todo aquele letramento pudesse ter. Enquanto isso, a história do letramento alcançou grandes avanços em outros períodos e lugares mais bem documentados (da Inglaterra até Libéria ou Brasil).¹⁴²

Essa história não deveria ser simplificada, e em certa medida não podemos acomodar um *Sonderweg* grego em relação à palavra escrita. De fato, é certo que muitas comunidades gregas ancoravam ideias sobre a habilidade de escrever que eram bem diferentes daquelas de muitas sociedades pré-modernas. O que importa aqui, entretanto, é que o modelo ótimo para a compreensão do letramento pré-moderno – um modelo que explique as condições necessárias e suficientes para o aumento do letramento (de vários tipos) em vários níveis – pode apenas ser construído a partir de materiais provenientes de partes do mundo onde um trabalho iluminador já tenha sido previamente feito. As três primeiras pesquisas mais importantes, em ordem cronológica de publicação, descreviam a Inglaterra, a França e a Nova Inglaterra. O Mediterrâneo em si não teve nada a ver com isso.¹⁴³

140 Harris, *Ancient Literacy*, 10, 94 n. 135.

141 Seus cinco artigos mais importantes foram todos republicados em *Scriptiunculae* (Amsterdam, 1973) ou *Scriptiunculae Posteriores* (Bonn, 1981).

142 Para uma bibliografia básica sobre tal trabalho até aquela época, veja Harris, *Ancient Literacy*, 367-9.

143 By permission of Oxford University Press. URL: www.oup.com OUP Material: pages 1-48- The Mediterranean and Ancient History from "Rethinking Mediterranean" by Harris W (2005). Free permission.